

Projeto

Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste

Nota Técnica 05

Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas nos Estados

Ceará



Projeto
Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte,
Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no
Nordeste

Nota Técnica 05

CARACTERIZAÇÃO, ANÁLISE E SUGESTÕES PARA ADENSAMENTO DAS
POLÍTICAS DE APOIO A APLs IMPLEMENTADAS NOS ESTADOS

CEARÁ

Equipe Estadual

Coordenador:

Jair do Amaral Filho

Pesquisadores:

Maria Cristina Pereira de Melo

Keuler Hissa Teixeira

Francisco Laércio Pereira Braga

Estagiários:

Felipe Coelho

Daniel Lima

Daiane Marques da Silva

Luís Henrique Pompeu de Vaconcelos

Equipe de Coordenação do Projeto / RedeSist

Coordenadora: Valdênia Apolinário

Maria Lussieu da Silva
Thaís de Miranda Moreira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, CONCEITOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE APLs UTILIZADOS PARA ORIENTAR AS POLÍTICAS E CONSEQUÊNCIAS DESTA VISÃO	6
1.1 Estrutura institucional de apoio a APLs no estado	6
1.2 Conceitos de APLs	17
1.3 Critérios de seleção	19
1.4 Formulação da política do governo estadual	23
2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE APOIO E AS POLÍTICAS PARA APLs NO ESTADO	24
2.1 Sistematização de ações, programas e/ou projetos (políticas) implementados pelos organismos responsáveis pelo apoio	Erro! Indicador não definido.
3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS: FOCO E INSTRUMENTOS	36
3.1 Principais apoios e ações implantadas no Estado do Ceará	36
3.1.1 APLs com atividades formalizadas	37
3.1.2 APLs com atividades parcialmente formalizadas	43
3.1.3 APLs com atividades não-formalizadas	52
3.2 A importância dos APLs no fluxo de comércio do Estado	56
3.2.1 APLs com atividades formalizadas	56
3.2.2 APLs com atividades parcialmente formalizadas	64
3.2.3 APLs com atividades não-formalizadas	79
3.3 A importância das Ações/Programas aos APLs sobre o Fluxo de Comércio	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA	94

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Arranjos Produtivos Locais identificados pelo CED</i>	<i>8</i>
<i>Quadro 2 – Arranjos Produtivos Locais identificados pelo CED/IPECE/SDLR</i>	<i>11</i>
<i>Quadro 3 – Instituições pertencentes à REDE APL e NEAAPL</i>	<i>15</i>

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de calçados em 2006 (R\$) ____</i>	<i>57</i>
<i>Gráfico 2 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado em 2006 (R\$) _____</i>	<i>59</i>
<i>Gráfico 3 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de móveis em 2006 (R\$) ____</i>	<i>60</i>
<i>Gráfico 4 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade dos serviços de tecnologia da informação em 2006 (R\$) _____</i>	<i>61</i>
<i>Gráfico 5 - Ceará: Entradas e saídas da seção de Alojamento e Alimentação e do grupo de atividade Agências de viagens, operadoras turísticas em 2006 (R\$) _____</i>	<i>62</i>
<i>Gráfico 6 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Cultivo de Flores e plantas ornamentais em 2006 (R\$) _____</i>	<i>64</i>
<i>Gráfico 7 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Produção de Lavouras Permanentes em 2006 (R\$) _____</i>	<i>66</i>
<i>Gráfico 8 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico em 2006 (R\$) _____</i>	<i>67</i>
<i>Gráfico 9 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de joalheria, bijuteria e semelhantes em 2006 (R\$) _____</i>	<i>69</i>
<i>Gráfico 10 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Produtos cerâmicos em 2006 (R\$) ____</i>	<i>70</i>
<i>Gráfico 11 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de conservas de frutas em 2006 (R\$) _____</i>	<i>72</i>
<i>Gráfico 12 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Confecções de artigos de vestuários e acessórios em 2006 (R\$) _____</i>	<i>73</i>
<i>Gráfico 13 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Água ardente e outras bebidas destiladas em 2006. _____</i>	<i>74</i>
<i>Gráfico 14 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Cultivo de café em 2006 (R\$) _____</i>	<i>76</i>
<i>Gráfico 15 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Extração de pedras, areia e argila em 2006 _____</i>	<i>77</i>
<i>Gráfico 16 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividades Produção de ferro, Produção de laminados, Produção de tubos de aço, Metalurgia e Fundição em 2006 (R\$) _____</i>	<i>79</i>
<i>Gráfico 17 - Ceará: Entradas e saídas dos grupos de atividades Fabricação de artefatos de tapeçaria, Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente e Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça em 2006 (R\$) _____</i>	<i>80</i>
<i>Gráfico 18 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Criação de Caprinos e Ovinos em 2006 (R\$) _____</i>	<i>82</i>
<i>Gráfico 19 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Criação de animais não especificado em 2006 (R\$) _____</i>	<i>83</i>
<i>Gráfico 20 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Criação de Bovinos em 2006 (R\$) ____</i>	<i>84</i>

INTRODUÇÃO

O presente relatório sistematiza produtos anteriores da pesquisa e se refere a uma análise propositiva quanto às políticas para APLs no Estado do Ceará. Para tanto, primeiramente, realizou-se uma caracterização das instituições, conceitos e critérios de seleção de APLs utilizados pelas instituições de apoio no Estado para orientar as políticas e consequências desta visão. Nesse contexto, foi feito um histórico do surgimento do interesse institucional em apoiar esse tipo de aglomeração produtiva, desde a origem em 2000 até os dias atuais. Adicionalmente, identificaram-se eventuais discrepâncias e similaridades entre os conceitos utilizados e as ações de políticas implementadas pelas organizações com base no foco analítico e metodológico de APLs adotado pela pesquisa.

Posteriormente, foi realizado um levantamento da estrutura institucional de apoio voltada para políticas de apoio aos APLs no Ceará, enfocando o papel do Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – NEAAPL, tendo a Secretaria das Cidades como órgão responsável pela mobilização e articulação dos parceiros envolvidos.

Em seguida, foram analisados os instrumentos de apoio aos APLs, enfatizando as atividades formais, parcialmente formais e as informais ressaltando os responsáveis, estratégias, abrangência, instrumentos, complementaridades e superposições. Também foi incluída uma seção abordando a inserção dos APLs na balança comercial do Estado que trata tanto da participação nos fluxos comerciais interestaduais e externos, como no reflexo de sua estrutura produtiva interna. Por fim, esta Nota Técnica apresenta as considerações finais e utilizou como fonte de informação as Notas Técnicas 2 e 4 da presente pesquisa.

1. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, CONCEITOS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE APLs UTILIZADOS PARA ORIENTAR AS POLÍTICAS E CONSEQUÊNCIAS DESTA VISÃO

1.1 Estrutura institucional de apoio a APLs no estado

Historicamente, a política de desenvolvimento econômico no Estado do Ceará priorizou a atração de grandes empreendimentos, tendo como principal instrumento o Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI. Através deste, empresas dos segmentos de metal-mecânica, calçados, confecções e têxteis se instalaram em território cearense, privilegiando os municípios situados na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF. Todavia, além de facilitar a concentração espacial das atividades industriais, essa política ficou descolada de uma estratégia de fortalecimento das cadeias produtivas, prejudicando a interação com as empresas locais pré-existentes. O “chão de fábrica” se instalou no Ceará, enquanto os fornecedores e consumidores continuaram em seus locais de origem.

No que diz respeito às micro e pequenas empresas, o Governo do Estado ainda dispunha de dois mecanismos, mas que não tinham foco específico no tocante ao segmento ou território. Os mecanismos eram: (i) o Fundo Constitucional Estadual - FCE e (ii) Compras Governamentais. O primeiro funcionou como fundo de apoio ao programa de micro crédito, mas não se sustentou devido à alta inadimplência do público beneficiado. O segundo procurou, através de compras dirigidas pelo Governo, endogeneizar a produção de certos produtos na economia do Estado, tal como o caso das carteiras escolares. Esse programa teve seu auge em fins da década de 1980, mas também não se sustentou por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao entrar em vigor em 2000. Mas, antes do seu fim, o mesmo deu certo alento ao grupo de produtores de móveis do Distrito de São João de Aruaru, no Município de Morada Nova. Com isso, ficou evidenciado que os produtores, mesmo desorganizados, respondem aos estímulos emitidos por programas de apoio.

Dado esse cenário, a equipe técnica do Centro de Estratégia de Desenvolvimento – CED¹ iniciou um levantamento das atividades econômicas existentes no Ceará, focando

¹ O Centro de Estratégias de Desenvolvimento - CED foi criado em 2000 pelo governo estadual, com vínculos fixados à Secretaria de Planejamento - SEPLAN, com a finalidade de elaborar estratégias de desenvolvimento para a economia do Ceará. Seu trabalho pioneiro foi avaliar a Política de Incentivos Fiscais que estava em curso na época.

aquelas estruturadas em núcleos, agrupamentos, aglomerações e em cadeias produtivas. Para tanto, desenvolveu e aplicou uma metodologia de trabalho baseada em três níveis de identificação, a saber: a) aplicação do Quociente Locacional para identificar e localizar as aglomerações de empresas e trabalhadores, utilizando essencialmente dados secundários da RAIS; b) visita de campo, realizada por equipes para efetuar reconhecimento de campo, a partir da utilização de “Roteiro de Questões”; e c) aplicações de questionários cujo modelo seguiu as recomendações técnicas e estatísticas da REDESIST, para alguns casos selecionados.

O processo de identificação e mapeamento de Arranjos Produtivos Locais dedicou atenção especial à inserção das micro, pequenas e médias empresas. Foram inúmeras visitas de campo acompanhadas de entrevistas a produtores, e representantes de prefeituras, associações de produtores e instituições de apoio. O resultado foi o mapeamento de aproximadamente 20 APLs espalhados por todo o Estado, com exceção da Região Metropolitana de Fortaleza². Para a relação de APLs identificados pelo Centro de Estratégias de Desenvolvimento – CED, ver Quadro 1.

² Privilegiou-se o interior do Estado por ser ele a região menos conhecida e menos assistida pelo governo, do ponto de vista das atividades produtivas não agrícolas.

APL	Município	População ³	Atividade Produtiva	Produtores ⁴	Empregos ⁵
1	Marco	20.421	Móveis	23	511
2	Iguatu	85.737	Móveis Tubulares	5	372
3	Bela Cruz	28.371	Móveis	18	143
4	Morada Nova (São João do Aruaru)		Móveis de Madeira	15	40
5	Tabuleiro do Norte	26.936	Confecções	6	80
6	Tabuleiro do Norte	26.936	Doces	4	65
7	Tabuleiro do Norte	26.936	Metal-mecânico	46	200
8	Jaguaruana	29.735	Redes	252	1000
9	Frecheirinha	11.808	Confecções	18	500
10	Horizonte	33.789	Mel de Abelha	3	134
11	Limoeiro do Norte	49.394	Mel de Abelha	41	41
12	Limoeiro do Norte (Chapada do Apodi)	49.394	Fruticultura Irrigada	148	950
13	Aracati	61.146	Artesanato	343	350
14	Aracati	61.146	Camarão em cativeiro	37	700
15	Itaiçaba	6.576	Artesanato (palha)	380	380
16	Acarape	12.921	Confecções	4	513
17	Jaguaribe	35.053	Queijos	30	200
18	Morada Nova	64.394	Leite Bovino	2400	7200
19	Irauçuba	19.563	Redes	410	410
20	Morrinhos	17.921	Confecções	14	140
21	Icapuí	16.051	Lagosta	350	2450
22	Russas		Cerâmica	80	5280
23	Irauçuba	19.563	Artesanato (bordados)	800	800
TOTAL				5.044	22.563

Quadro 1 – Arranjos Produtivos Locais identificados pelo CED

Fonte: BNDES, 2009.

³ Dados do Censo 2000.

⁴ Estimativas de Produtores baseados nas pesquisas de campo realizadas pelo IPECE.

⁵ Estimativas de Empregos Diretos baseados nas pesquisas de campo realizadas pelo IPECE.

Uma primeira e importante constatação do trabalho do CED foi que, além de pouco conhecidas, as atividades produtivas do interior do Estado eram apoiadas sob a orientação da “oferta” por parte dos formuladores de políticas. Em segundo lugar, os apoios eram dirigidos de maneira isolada e individual em direção às empresas. Somado a esses dois problemas, identificou-se também que os órgãos de apoio estavam trabalhando de forma não coordenada entre eles e, algumas vezes, com sobreposição de ações.

No ano de 2003, o então governador Lúcio Alcântara procedeu a uma reforma administrativa, fundido o Centro de Estratégias de Desenvolvimento – CED com o Instituto de Planejamento de Ceará – IPLANCE, criando o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Por certo tempo, o IPECE deu prosseguimento aos trabalhos do extinto CED, no que dizia respeito aos estudos de identificação de Arranjos Produtivos Locais, mas com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR o trabalho de identificação e mapeamento dos SAPLs no Estado foi assumido por essa Secretaria. Isso se deu início somente em 2005, já que o foco da SDLR visava fundamentalmente o desenvolvimento dos territórios⁶. Desta forma, houve avanço no trabalho de identificação e mapeamento dos SAPLs, conservando a mesma metodologia de trabalho desenvolvida pelo CED e IPECE, ou seja, utilizando o Quociente Locacional, estudos de campo e aplicação de questionários da REDESIST. No período de 2005 a 2007, a SDLR identificou 22 novos APLs (destacados em negrito no Quadro 2), ampliando a atuação para 40 APLs.

⁶ A Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional (SDLR) foi criada pela Lei Nº 13.297 de 07 de março de 2003 e tinha como missão promover o equilíbrio espacial, econômico e social, buscando de forma integrada o desenvolvimento sustentável local e regional do Estado do Ceará. Nessa fase, fica como referência Amaral Filho; Scipião; Mateus & Botão (2006)

APL	Município	População ⁷	Atividade Produtiva	Produtores ⁸	Empregos ⁹
01	Acarape	12.921	Confecções	4	513
02	Aquiraz	60.469	Confecções	300	300
03	Aracati	61.146	Artesanato	343	350
04			Camarão em cativeiro	37	700
05	Aratuba	12.359	Café Ecológico	121	224
	Baturité	29.861	Café Ecológico	99	120
06	Barreira	21.520	Derivados da Cajucultura	150	800
07	Bela Cruz	28.371	Móveis	18	143
08	Carnaubal	15.230	Cachaça	12	72
09			Turismo	1	3
10	Frecheirinha	11.808	Confecções	18	500
	Guaramiranga	5.714	Café Ecológico	223	232
11	Guaraciaba do Norte	35.037	Cachaça	2	12
			Turismo	4	21
12	Horizonte	33.789	Mel de Abelha	3	134
13	Icapuí	16.051	Lagosta	350	2.450
14	Iguatu	85.737	Móveis Tubulares	5	372
	Ipú	39.078	Turismo	3	17
16	Irauçuba	19.563	Artesanato (bordados)	800	800
17			Redes	410	410
18	Itaiçaba	6.576	Artesanato (palha)	380	380
19	Jaguaribe	35.053	Queijos	30	200
20	Jaguaruana	29.735	Redes de dormir	252	1.000
21	Juazeiro do Norte	212.133	Calçados	300	8.000
22			Jóias Folheadas	290	4.000
23	Limoeiro do Norte	49.394	Mel de Abelha	41	41
24	Chapada do Apodi		Fruticultura Irrigada	148	1500
25	Marco	20.421	Móveis	24	1.200
26	Morada Nova	64.394	Leite Bovino	2.400	7.200
27	São João do Aruaru		Móveis de Madeira	15	40
28	Morrinhos	17.921	Confecções	14	140
	Pacoti	10.929	Café Ecológico	159	173
29	Palhano	8.166	Artesanato (palha) ¹⁰	500	500
30	Russas		Cerâmica	80	5.280
	São Benedito	39.894	Turismo	5	27
31	Tabuleiro do Norte	26.936	Confecções	6	80
32			Doces	4	65
33			Metal-mecânico	46	200

⁷ Dados do Censo 2000.

⁸ Estimativas de Produtores baseadas nas pesquisas de campo.

⁹ Estimativas de Empregos Diretos baseadas nas pesquisas de campo.

¹⁰ Dados estimados pelo SEBRAE local.

(CONT.)

APL	Município	População	Atividade Produtiva	Produtores	Empregos
	<i>Ubajara</i>	<i>27.095</i>	<i>Cachaça</i>	<i>2</i>	<i>41</i>
			<i>Turismo</i>	<i>9</i>	<i>57</i>
	<i>Viçosa</i>	<i>45.427</i>	<i>Cachaça</i>	<i>47</i>	<i>282</i>
			<i>Turismo</i>	<i>4</i>	<i>37</i>
	<i>Tianguá</i>	<i>59.016</i>	<i>Turismo</i>	<i>10</i>	<i>39</i>
<i>34</i>	<i>Ibiapaba (São Benedito, Ubajara, Tianguá, Guaraciaba do Norte)</i>	<i>152.050</i>	<i>Flores</i>	<i>12</i>	<i>229</i>
<i>35</i>	<i>Quixeramobim (povoado de Lages)</i>	<i>59.235</i>	<i>Redes de dormir</i>	<i>50</i>	
<i>36</i>	<i>Nova Olinda e Santana do Cariri</i>	<i>28.924</i>	<i>Extração do Calcário (pedras)</i>		<i>1200</i>
<i>37</i>	<i>Meruoca</i>	<i>5.678</i>	<i>Turismo</i>	<i>15</i>	<i>85</i>
	<i>Mulungu</i>	<i>8.897</i>	<i>Café Ecológico</i>	<i>309</i>	<i>322</i>
<i>38</i>	<i>Quixeramobim (Pingo D'água)</i>	<i>59.235</i>	<i>Agricultura Irrigada</i>	<i>30</i>	<i>60</i>
<i>39</i>	<i>Quixadá/ Quixeramobim/</i>	<i>128.889</i>	<i>Ovinocaprinocultura</i>	<i>200</i>	<i>189</i>
<i>40</i>	<i>Várzea Alegre</i>	<i>18.274</i>	<i>Redes dormir</i>	<i>12</i>	<i>254</i>
TOTAL				8.297	40.994

Quadro 2 – Arranjos Produtivos Locais identificados pelo CED/IPECE/SDLR

Fonte: BNDES, 2009.

Constatados os problemas de superposição de ações das instituições de apoio junto aos aglomerados, nasceu a idéia de se procurar estreitar as ações entre aqueles que apoiavam as atividades produtivas, mas dentro de uma abordagem de Arranjos Produtivos Locais - APLs. Esta orientação fora perseguida por vários técnicos do CED/IPECE e de algumas Secretarias fins (Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR e Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo - SETE), cujo objetivo principal foi aproximar os trabalhos que estavam sendo realizados junto aos produtores, seja em âmbito de capacitação, financiamento ou mesmo comercialização.

Algumas experiências de parceria foram construídas, a exemplo dos produtores de Cachaça na Serra da Ibiapaba, dos produtores de Redes de Dormir em Jaguaruana e Cerâmica Vermelha em Russas. Nesses casos, houve uma adesão média de seis parceiros para cada APL, e o trabalho conjunto rendeu resultados positivos para os produtores locais. No caso da cachaça, conquistaram-se melhorias na qualidade do produto; no caso dos produtores de

redes, trabalhou-se a marca do produto; e, no caso da produção de cerâmica vermelha, houve avanços firmes em inovação, em particular sobre a queima do produto final¹¹.

Com o exemplo das parcerias firmadas com os arranjos ora mencionados, técnicos da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR, Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE, SEBRAE e Banco do Brasil passaram a se reunir com o objetivo principal de realizar um levantamento de ações junto aos APLs. A partir de então, foram convidadas outras instituições para que tomassem conhecimento desse levantamento e acrescentassem suas atuações. O resultado foi a adesão de 22 novas instituições nesse grupo e a vontade de formalizar parcerias institucionais com os demais.

Tendo conhecimento deste grupo, o governador do Estado do Ceará, na época Lúcio Alcântara, celebrou um Protocolo de Intenções com todos os parceiros, oficializando a criação da Rede Institucional de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Ceará – REDE APL, em 05 de Julho de 2005. Cabe observar que, apesar de ter sido assimilada, apoiada e lançada pelo governo, a referida REDE APL nasceu de baixo para cima, impulsionada por conversas, discussões e acordos entre as Instituições que apresentavam ferramentas potenciais para apoiar os Arranjos Produtivos Locais no Estado. Foram cerca de dois anos de discussões até chegar à formalização. A partir do seu lançamento, o governo estadual, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, tornou-se seu primeiro coordenador. Esse envolvimento estava em consonância com a estratégia do governo de promover a desconcentração das atividades econômicas em benefício do interior e dos territórios.

Com a mudança do Governo, saindo o governador Lúcio Alcântara e entrando Cid Gomes, a Rede Institucional de apoio aos APLs passou a se chamar Núcleo Estadual de Apoio aos APLs - NEAAPL. A mudança não se deu imediatamente, com o novo governo, que, aliás, congelou a atuação da Rede por longos meses, o que resultou em interrupção nos apoios aos APLs e desarticulação dos parceiros.

É importante ressaltar que a REDE APL só foi reativada devido à exigência do Grupo de Trabalho Permanente para APLs – GTP APL, no âmbito do Governo Federal, para que cada Estado a constituísse de um Núcleo Local de apoio, a fim de canalizar apoios e recursos de origem federal. Foi então que foi criado o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – NEAAPL, tendo como parceiros alguns provenientes da REDE APL e a

¹¹ No caso da cerâmica vermelha de Russas, a articulação por parcerias conseguiu envolver a FINEP, juntamente com o Ministério de Minas e Energia, que aportaram recursos com vistas a apoiar o desenvolvimento de inovações nesse APL.

incorporação de outros mais. Ao tomar posse, o Governador Cid Gomes procedeu a uma reforma administrativa, criando novas secretarias, extinguindo e incorporando outras. Foi o caso da então Secretaria das Cidades, que incorporou as atribuições da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. No Quadro 3, é realizado um comparativo das instituições integrantes da Rede APL e do Núcleo. Aquelas instituições que estão em negrito são comuns entre a Rede e o Núcleo. Para o caso das secretarias estaduais, deve-se considerar que houve modificações basicamente na denominação das mesmas provenientes da mudança de governo.

ORD	REDE APL	NEAAPL
	- Governo do Estado do Ceará	- Governo do Estado do Ceará
01	- Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE	- Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE;
02	- Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional – SDLR	- Secretaria das Cidades;
03	- Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECITECE	- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE;
04	- Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAGRI	- Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA;
05	- Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETE	- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS;
06	- Secretaria do Turismo – SETUR	- Secretaria do Turismo – SETUR;
07		- Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG;
08		- Secretaria da Cultura – SECULT;
09		- Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC;
10	- Banco do Brasil – BB	- Banco do Brasil – BB;
11	- Banco do Nordeste do Brasil – BNB	- Banco do Nordeste do Brasil – BNB;
12	- Embrapa Agroindústria Tropical	- Embrapa Agroindústria Tropical
13	- Federação do Comércio do Estado do Ceará – FECOMÉRCIO;	- Federação do Comércio do Estado do Ceará – FECOMÉRCIO;
14	- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC	- Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial – NUTEC;
15	- Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará – UFC;	- Incubadora de Cooperativas Populares de Autogestão do Ceará – UFC;
16	- Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT	- Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT;
17	- Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará/Federação das Indústrias do Estado do Ceará – INDI/FIEC	- Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará/Federação das Indústrias do Estado do Ceará – INDI/FIEC;
18	- Instituto Euvaldo Lodi – IEL	- Instituto Euvaldo Lodi – IEL;
19	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-CE;	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-CE;

20	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
21	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;

(CONT.)

ORD	REDE APL	NEAAPL
22	- Serviço Nacional de Aprendizagem/Federação de Agricultura do Estado do Ceará – SENAR/FAEC	- Serviço Nacional de Aprendizagem/Federação de Agricultura do Estado do Ceará - SENAR/FAEC;
23	- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Ceará – OCEC/SESCOOP	- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Ceará – OCEC/SESCOOP;
24	- Federação das Empresas Juniores do Estado do Ceará – FEJECE	- Universidade Estadual do Ceará – UECE.
25	- Banco Mundial/Rede Nós	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/Ceará – CEFET-CE;
26		- Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA;
27		- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – IDER;
28		- Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário, da Superintendência Federal de Agricultura/Ceará – SEPDAG/SFA-CE;

Quadro 3 – Instituições pertencentes à REDE APL e NEAAPL

Fonte: BNDES,2009.

O NEAAPL é coordenado pela Secretaria das Cidades, sendo seu titular o Coordenador de Desenvolvimento e Integração Regional que é o responsável por acompanhar e controlar as ações desenvolvidas pelo Núcleo. As atribuições do NEAAPL foram designadas através do decreto estadual, a saber:

- Promover a reunião de sensibilização nos APLs selecionados no Estado para provocar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Preliminares - PDP's;
- Acompanhar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Preliminares - PDPs para os APLs selecionados no Estado;
- Apreciar os Planos de Desenvolvimento Participativos - PDPs e articular a formação de “Agenda de Compromisso” com as parcerias do núcleo capazes de planejar e executar esses planos;
- Articular soluções no âmbito Estadual para demandas dos APLs selecionados;
- Encaminhar à Secretaria Técnica do Grupo de Trabalho Permanente - GTP-APLs o Plano de Desenvolvimento já aprovado;
- Acompanhar a implementação das ações do PDPs;
- Reportar os resultados ao Grupo de Trabalho Permanente - GTP-APL, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Prestar informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo, bem como seus resultados ao Governador do Estado do Ceará.

Como já foi anunciado anteriormente, o NEAAPL está articulado ao Grupo de Trabalho Permanente para APLs - GTP APL do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, e tem com o objetivo de se integrarem em favor do desenvolvimento dos APLs, estabelecendo interfaces entre o governo federal e as entidades estaduais e municipais do Ceará.

1.2 Conceitos de APLs

As instituições do Ceará que atuam com foco em Arranjos Produtivos Locais - APLs seguem o conceito elaborado pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – REDESIST, a saber: “conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, atuando tanto nos setores primário e secundário quanto no terciário, e que apresentam vínculos formais ou informais ao desempenharem atividades de produção e inovação”.

Especificamente sobre o papel do SEBRAE na abordagem de apoio aos APLs, essa instituição segue atualmente o conceito elaborado pela REDESIST. Até o ano de 2002, a abordagem do SEBRAE era voltada para grupos setoriais. As empresas deveriam pertencer a um mesmo setor, mas não necessariamente estarem localizadas próximas umas das outras, geograficamente, e também não havia exigência de possuírem vínculos de cooperação e confiança entre si.

Por volta dos anos de 2002/2003, a REDESIST realizou estudos internacionais sobre organizações de pequenas empresas (clusters, APLs, Distritos Industriais, etc.), coincidindo com o período que o SEBRAE Nacional financiou alguns estudos no Brasil e alguns consultores (da REDESIST) capacitaram as equipes dos SEBRAEs nos Estados sobre atuação destes junto aos APLs.

Ainda em 2003, o SEBRAE-CE orientou seus Escritórios Regionais, espalhados por todo o interior do estado, para que aplicassem questionários junto aos empresários do estado. A coordenação regional tabulou todas as respostas e filtrou aproximadamente 100 aglomerações que poderiam ser alvos de ação. Todavia, nem todas essas aglomerações eram APLs, portanto a coordenação geral do SEBRAE decidiu atuar nos APLs previamente mapeados pelo governo do estado (CED/IPECE/SDLR)¹². Além destes, o SEBRAE apoiava outros APLs, totalizando aproximadamente 50 APLs, que foram alvos de projeto piloto com parceria da GTZ (Agência de Cooperação Técnica Alemã).

¹² Os técnicos do SEBRAE CE informaram que em nível de Brasil houve um verdadeiro “boom” de apoio aos APLs. Havia estados que “marcavam até data para implantação do APL” (Maria Lédio). A partir dessa euforia, o SEBRAE-CE teve uma postura mais conservadora, só apoiando APLs previamente trabalhados por parceiros, sejam eles instituições governamentais, associações de classe ou empresariais.

Finalmente, o conceito que o SEBRAE utilizou para nominar os APLs era o mesmo da REDESIST: “conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, atuando tanto nos setores primário e secundário quanto no terciário, e que apresentam vínculos formais ou informais ao desempenharem atividades de produção e inovação”.

Outra importante instituição no apoio aos APLs é o Instituto Euvaldo Lodi – IEL. Sua abordagem voltada para arranjos produtivos locais se deu a partir de 1998, por meio de uma linha de recursos da Confederação Nacional da Indústria - CNI e do SEBRAE Nacional, voltada para projetos cujo público alvo eram aglomerados produtivos. Estes projetos tinham uma metodologia que iniciava com a aplicação de diagnósticos, elaboração de planos de ação, priorização de ações versus disponibilidade financeira e execução das atividades priorizadas. Todas as ações eram definidas de forma participativa, sempre no contexto do aumento da competitividade das empresas e do coletivo empresarial. Em 2000, iniciaram as primeiras propostas com foco em APL's na metodologia de núcleos setoriais.

Por integrar a Confederação Nacional da Indústria - CNI, o IEL entende que promover o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais significa estimular o crescimento econômico e criar vantagens competitivas para os pequenos negócios. Apesar de possuir um conceito formalmente distinto daquele criado pela REDESIST, em essência há similaridades. O conceito utilizado pelo IEL é o seguinte: “são aglomerações de empreendimentos da mesma atividade que, por meio da cooperação entre os negócios e com a parceria de entidades de apoio e de pesquisa, conseguem gerar inovações e economia de escala, aumentando sua competitividade no mercado. As microempresas e empresas de pequeno porte que participam de APLs têm acesso facilitado à mão-de-obra, novas tecnologias, fornecedores e distribuidores”.

No âmbito das instituições de apoio aos APLs no Ceará, a única instituição que tem visão distinta da REDESIST é o Banco do Nordeste do Brasil. Originalmente, a atuação do Banco do Nordeste do Brasil estava voltada para o incentivo às atividades econômicas relevantes localizadas em áreas do semi-árido do Nordeste, onde também havia a presença de uma rede de empresas que ofertava infraestrutura e serviços de apoio. Assim, em torno da cadeia produtiva eram formados os polos e neles concentrados os investimentos. Foi através do incentivo aos diversos grupos produtivos, conformados em polos, que o BNB iniciou sua atuação, e não no conceito usualmente

empregado para Arranjos Produtivos Locais. Essa estratégia culminou com o Programa de Polos de Desenvolvimento Integrado em 1996.

Em 2005, o Banco do Nordeste do Brasil mudou a metodologia de atuação, passando a dar ênfase ao território, priorizando aquelas atividades econômicas que estavam concentradas em áreas previamente selecionadas. Com esta modificação, a “instância de governança passou a ser o Fórum da atividade no território”. Esta estratégia buscava “estimular os financiamentos, diminuir os riscos de crédito e promover a inclusão social”.

O Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – NEAAPL, por sua vez, também não segue formalmente o mesmo conceito elaborado pela REDESIST e sim aquele desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC. Deve-se salientar que o conceito utilizado pelo MDIC foi construído a partir de contribuições de pesquisadores da REDESIST, não se diferenciando em essência. Eis o que o MDIC e NEAAPL entendem: “O Arranjo Produtivo Local pode ser descrito como um grande complexo produtivo, geograficamente definido, caracterizado por um grande número de firmas envolvidas nos diversos estágios produtivos e, de várias maneiras, na fabricação de um produto, onde a coordenação das diferentes fases e o controle da regularidade de seu funcionamento é submetida ao jogo do mercado e a um sistema de sanções sociais aplicado pela comunidade. A contigüidade espacial permite ao sistema territorial de firmas viabilizarem externalidades produtivas e tecnológicas sem perder sua flexibilidade e adaptabilidade.”

1.3 Critérios de seleção

Geralmente, os critérios utilizados pelas instituições para apoiar APLs consistia na demanda por parte dos próprios produtores junto às instituições. Ou seja, o grupo de empresários se dirigia ao Governo do Estado ou ao SEBRAE, por exemplo, solicitando algum tipo de intervenção. Então, caso houvesse disponibilidade, a instituição direcionava suas ações para aquele APL.

O SEBRAE, por exemplo, priorizava suas intervenções quando pelo menos duas outras instituições estivessem presentes no arranjo, para que pudessem trabalhar de forma conjunta e continuada. Adicionalmente, também priorizava:

- Número de empresas existentes no aglomerado;
- Existência de entidade representativa do setor;

- Presença de parceiros interessados em trabalhar juntos; e
- Impacto sócio-econômico

Depois de selecionados os APLs, era realizada a “Ação Participativa”, onde cada parceiro fazia um pacto, distribuindo as ações e responsabilidades de cada um. Posteriormente, era criado o Comitê Gestor e feito o Plano de Ação do APL. Vale a pena ressaltar que a distribuição de responsabilidades entre os parceiros não era necessariamente por convênios ou protocolos (instrumentos jurídicos), mas um “acordo de cavalheiros”

O IEL, por exemplo, tinha como critérios de seleção dos APLs a disponibilidade de recursos obtida a partir de projetos contemplados em editais. Como não tinha recursos próprios disponíveis, os técnicos do IEL buscavam recursos nos editais lançados, seja no SEBRAE, na CNI ou em outros.

O Banco do Nordeste do Brasil, por sua vez, utilizou alguns critérios, que incluem desde aspectos econômicos (participação no PIB estadual, participação na pauta de exportações do estado, quantidade de empresas), sociais (quantidade de pessoas ocupadas na cadeia produtiva), institucionais (presença de instituições de apoio, quantidade de programas governamentais) até de infraestrutura física (infraestrutura instalada e planejada para a região).

Todavia, a definição de critérios objetivos para priorizar ações conjuntas no APL, no âmbito da REDE APL, só se deu a partir da reorientação do Projeto São José¹³. Em 2005, o São José volta o seu foco para os processos produtivos locais buscando garantir ao homem do campo condições para desenvolver, de forma mais segura, suas atividades produtivas. Dessa forma, após um levantamento detalhado dos Arranjos Produtivos Locais existentes no Estado do Ceará, o Projeto São José, juntamente com a REDE APL, selecionaram três experiências que vinham tendo destaque em todo o Estado. Os critérios utilizados para tal priorização foram: (i) potencialidade de ampliação do negócio estabelecido, (ii) capacidade de suporte dessas atividades em

¹³ O projeto São José, também denominado PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural no Ceará. Esse programa teve até o presente momento duas fases: junho 1995 – junho 2001 (fase I) e junho 2001 / Junho 2005 (fase II), que tinham como objetivos específicos: I) o fomento e fortalecimento das associações de pequenos produtores rurais; II) os investimentos na infra-estrutura produtiva dessas associações; e III) o apoio financeiro à produção, beneficiamento e comercialização dos seus produtos.

épocas críticas; e (iii) organização social das comunidades. Eis os projetos selecionados como piloto:

- a) Projeto de beneficiamento de Castanha de Caju do município de Barreira que possui muitos hectares de cajueiros nativos e é, historicamente, conhecido como um grande produtor de caju no Ceará;
- b) Projeto Pingo D'água, desenvolvido desde 1998, no município de Quixeramobim, sertão central do Estado do Ceará, no Vale do Forquilha, e que tem por objetivo principal propiciar o acesso à água de boa qualidade a comunidades rurais e gerar melhores condições de produção a pequenos agricultores no município através da implantação de um projeto de fruticultura irrigada;
- c) Projeto de Apicultura Princesa do Mel, no município de Mombaça, que trabalha com uma perspectiva regional. Esta atividade desperta interesse em diversos segmentos da sociedade por se tratar de uma atividade que contempla o tripé da sustentabilidade: social, econômico e ambiental.

A parceria da REDE APL com o Projeto São José se deu baseada em complementaridade. Nenhum integrante da rede poderia investir em infra-estrutura física nos APL, aspecto muito solicitado pelos produtores, enquanto o financiamento, gerenciamento e tecnologia estavam assegurados. Os parceiros utilizavam os seguintes critérios: impacto sócio-econômico, organização social do APL e disponibilidade de recursos dos parceiros, prioritariamente. Foi então que se deu a parceria, elaborando-se um Plano de Ação para cada um dos APLs priorizados, com definição de responsabilidades, metas e indicadores de resultados.

Com a mudança de Governo, a REDE APL deixou de existir, nascendo em seu lugar o Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - NEAAPL. Vale salientar que o Projeto São José continuou com o plano de ação elaborado com os parceiros, mesmo sem a continuidade da REDE APL.

O NEAAPL, por sua vez, utilizou como critérios para selecionar os APL, a orientação do GTP – APL, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a saber:

- Realização de um ranking, considerando a maior concentração de instituições do GTP APL, do maior para o menor número de instituições parceiras do GTP APL para a seleção do APL;
- A partir da ordenação, é definida uma linha de corte;
- Para cada Estado, são selecionados mais cinco APLs Prioritários, levando em consideração primeiramente a indicação do Núcleo Estadual;

Em caso de empate na escolha dos APLs indicados ao MDIC, a recomendação é seguir os seguintes critérios, nessa sequência:

- Atender a uma diversidade setorial no Estado;
- Estar localizado em uma sub-região prioritária definida pela Câmara de Política de Desenvolvimento Regional da Casa Civil;
- Caso nenhum dos critérios anteriores fosse suficiente para o desempate, um critério adicional seria obter o maior quociente locacional dos APLs do mesmo setor empatados por Estado;

Tais critérios utilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC mostram-se frágeis, pois, na prática, os APLs priorizados foram aqueles que as instituições presentes à reunião se responsabilizaram por elaborar o plano de desenvolvimento. Ou seja, quando a instituição “apadrinhava” o APL, esse entrava na lista de prioridades, mesmo não tendo um bom nível de organização produtiva e articulação institucional.

Finalmente, é importante frisar que os APLs apoiados pelas instituições pertenciam aos mais diferentes segmentos produtivos, deste artesanato, indústria, agropecuária até mesmo serviços, espalhados por todo o território cearense. Não se verificaram discrepâncias em relação às políticas locais, pois em geral seguiram os mesmos conceitos utilizados por essa pesquisa, que tem como base os estudos da REDESIST.

1.4 Formulação da política do governo estadual

No governo Cid Gomes, a Secretaria das Cidades passou a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento e Integração Regional para o Estado do Ceará. Foram priorizados investimentos em cidades localizadas em regiões estratégicas que pudessem alavancar o crescimento e o desenvolvimento do interior. Sendo assim, o objetivo da atual política é “implementar mecanismos de estímulo ao processo de desenvolvimento regional endógeno do Ceará, mediante a execução de ações de incentivo às atividades econômicas mais competitivas (APLs), voltadas para a criação de novas oportunidades de geração de emprego e renda nas regiões estratégicas selecionadas, visando à redução das desigualdades inter-regionais”.

Esta política está pautada principalmente no fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais, preferencialmente de micro e pequenas empresas, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Desenvolvimento e Integração Regional – CODIR. Essa exerce o papel de coordenadora, seja através da coordenação do NEAAPL-CE, ou da implementação de Projetos voltados para APLs em execução na instituição. Além deste, a Coordenação de Desenvolvimento e Integração Regional faz também o papel de articulador, mobilizando parceiros para complementarem suas ações, envolvendo aqueles que participam no NEAAPL. Para maiores detalhes, ver capítulo 2 deste documento.

A política voltada para atração de grandes empresas continua fortemente implementada no Governo Estadual, sob a responsabilidade da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará – ADECE e Conselho de Desenvolvimento Econômico – CEDE. A ADECE foi criada com a finalidade de executar as políticas e diretrizes oriundas do CEDE. Cabe a ela a execução da política de desenvolvimento econômico, industrial, comercial, de serviços, agropecuário e de base tecnológica, articulando-se com os setores produtivos e atraindo e incentivando investimentos, além de criar condições para a competitividade dos setores econômicos do Estado do Ceará. O principal instrumento utilizado para tanto é o Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, mencionado no início desse capítulo, que oferece renúncia fiscal para atração de grandes empreendimentos.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE APOIO E AS POLÍTICAS PARA APLs NO ESTADO

1.5 Instituições e políticas do Governo Estadual

Durante o Governo Lúcio Alcântara (2003-2006), a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR realizou um importante trabalho de mobilização e apoio junto aos Sistemas e Arranjos Produtivos Locais - SAPLs e seus atores, por meio de vários projetos, dentre eles o Agente de Desenvolvimento Local. Esse tinha como objetivo apoiar os pequenos produtores e grupos comunitários, através de suas associações representativas, criando oportunidades de geração de emprego e renda no meio rural. Esse programa estava presente no interior do Estado, por meio dos Escritórios de Desenvolvimento Regional – EDR. Os Escritórios Regionais atuavam basicamente como animadores locais, fortalecendo a rede de parcerias com a comunidade.

A atuação dos Escritórios de Desenvolvimento Regionais não foi solidificada no interior devido a algumas fragilidades:

- Os Planos de Desenvolvimento Regionais – PDRs não constavam como prioridade na programação orçamentária das secretarias estaduais;
- Falta de um reforço orçamentário para projetos estruturantes;
- Falta de integração entre os programas e projetos no âmbito da SDLR;
- Falta de uma estrutura no governo para apoiar a formação de consórcios municipais;
- Falta de informações sobre desembolsos mensais do governo nas regiões dos Escritórios Regionais, ou seja, os gerentes dos Escritórios não tinham recursos financeiros para apoiar projetos.

Os Escritórios de Desenvolvimento Regionais também desempenhavam o papel de estruturadores dos Conselhos de Desenvolvimento Regional – CDRs. Tais conselhos não eram reconhecidos por parte do governo do CDR como órgão deliberativo e propositivo de políticas públicas, apenas vistos como instância consultiva. Desta forma,

estimular a representatividade das principais instâncias regionais se tornou tarefa árdua para os escritórios.

Finalmente, no que diz respeito ao apoio aos Arranjos Produtivos Locais – APLs faltava aos escritórios uma definição de instrumentos jurídicos e institucionais para apoio aos APLs, bem como uma sistemática de acompanhamento com relação aos projetos. A solução visualizada seria o lançamento de Editais, que só se concretizou no governo seguinte (governo Cid Gomes).

No atual governo, Cid Gomes, a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional - SDLR foi sucedida pela **Secretaria das Cidades**. Esta ficou responsável pela implementação da Política de Desenvolvimento e Integração Regional voltada para APLs, tendo a Coordenadoria de Desenvolvimento e Integração Regional - CODIR a liderança de quatro Projetos/Programas, a saber:

a) Programa de Desenvolvimento e Integração Regional – Coordenação do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – NEAAPL-CE;

b) Fundo Estadual de Combate à Pobreza Rural – FECOP para apoio a projetos produtivos;

c) Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – Cidades do Ceará Cariri Central; e

d) Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Projeto Cidades do Ceará Baixo Jaguaribe/Vale do Acaraú.

No que diz respeito ao Programa de Desenvolvimento e Integração Regional, há um decreto estadual que atribui as seguintes funções à Coordenadoria de Desenvolvimento e Integração Regional - CODIR:

- Promover a reunião de sensibilização nos APLs selecionados no Estado para provocar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Preliminares - PDP's;
- Acompanhar a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Preliminares - PDPs para os APLs selecionados no Estado;
- Apreciar os Planos de Desenvolvimento Participativos - PDPs e articular a formação de “Agenda de Compromisso” com as parcerias do núcleo capazes de planejar e executar esses planos;

- Articular soluções no âmbito Estadual para demandas dos APLs, selecionados;
- Encaminhar à Secretaria Técnica do GTP-APLs, o Plano de Desenvolvimento já aprovado;
- Acompanhar a implementação das ações do PDPs;
- Reportar os resultados ao Grupo de Trabalho Permanente - GTP-APL, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC;
- Prestar informações sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo, bem como seus resultados ao Governador do Estado do Ceará.

Outro programa voltado para fortalecer o setor produtivo cearense é o Fundo Estadual de Combate à Pobreza Rural – FECOP para apoio a projetos produtivos. Em 2008, a Secretaria das Cidades lançou seu primeiro edital, direcionando recursos para todos os setores produtivos e, inclusive, associações comunitárias. Em 2009, o novo edital do FECOP seguiu uma abordagem diferenciada, pois focalizou somente as associações de produtores e cooperativas. Adicionalmente, também no edital de 2009, os projetos do setor primário só seriam elegíveis se estivessem em um estágio mais avançado (beneficiamento). Além do apoio financeiro do FECOP, a Secretaria das Cidades também recebeu aporte financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, para os dois Editais (2008 e 2009).

Dando continuidade às políticas públicas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais, tem-se o Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – Cidades do Ceará Cariri Central. Este tem por objetivo “consolidar o Cariri Central como um pólo estratégico de desenvolvimento econômico regional sustentável, com base nas suas potencialidades e mediante a execução de ações de incentivo às atividades econômicas mais competitivas (APLs de Calçados, Turismo e Artesanato), voltadas para a criação de novas oportunidades de emprego e renda e para a redução das desigualdades inter-regionais”.

Esse projeto foi concebido por meio de um empréstimo internacional com o Banco Mundial e pretende alcançar a promoção do desenvolvimento econômico, melhoria da infraestrutura urbana e ampliação das capacidades institucionais dos municípios para a gestão regional do Cariri Central. No projeto, destaca-se a disposição

do BIRD em apoiar os dois arranjos produtivos citados acima, por acreditar que ambos, ganhando competitividade, poderão dinamizar a economia regional do CRAJUBAR, formado pelos três municípios (Crato, Juazeiro e Barbalha) que compõem o núcleo central da região do Cariri. A escolha desses dois arranjos a serem apoiados deu-se por meio de estudos técnicos, efetuados por consultorias contratadas pelo BIRD, mas também apoiada em inúmeras oficinas realizadas com empresários, produtores, associações de produtores e sindicatos patronais da região.

Finalmente, o Programa de Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Projeto Cidades do Ceará Baixo Jaguaribe/Vale do Acaraú tem certa semelhança com o projeto Cidades do Ceará e também consiste em um empréstimo internacional, desta vez com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID. Este ainda encontra-se em fase de elaboração e tem como objetivo geral “aumentar a atratividade demográfica e econômica das regiões do Baixo Jaguaribe e Vale do Acaraú, prioritariamente dos municípios-pólo, por meio de ações de qualificação urbana, melhoria do ambiente de negócios e fortalecimento institucional”.

Atualmente, estão sendo realizadas discussões, estudos e levantamentos dos problemas enfrentados pelas cidades-alvo do projeto e pelos atores dos APLs de Fruticultura Irrigada de Limoeiro do Norte e Quixeré, Cerâmica vermelha em Russas, Metal Mecânica em Tabuleiro do Norte e Serviços (Educação e Saúde) em Sobral. Os referidos estudos estão sendo conduzidos por consultorias privadas contratadas pelo BID, as quais têm realizado pesquisas e estudos de campo, incluído aplicação de questionários e entrevistas com produtores, empresários, associações e sindicatos de produtores.

A participação da Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG no fortalecimento de APLs restringe-se à liberação e controle dos recursos financeiros do FECOP, que são repassados à Secretaria das Cidades, e à participação no comitê de avaliação dos projetos a serem financiados pelo Fundo. Adicionalmente, uma ação pontual da Secretaria foi identificada em favor do fortalecimento de APLs quando da articulação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para acordo de cooperação técnica. O objetivo é complementar os recursos do Fundo de Combate à Pobreza - FECOP para apoiar os projetos produtivos, objeto de edital da Secretaria das Cidades.

Uma outra Instituição que vem tendo atuação direta com APLs é a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação-SECITECE. A referida secretaria compõe, juntamente com outras instituições, o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – NEAAPL-CE, através da Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação – COTEC, onde seis técnicos, incluindo o Coordenador, trabalham voltados para apoio aos APLs. Apesar dessa participação, ela desempenha um papel relativamente autônomo em relação ao Núcleo.

Os APLs com os quais atuou ou vem atuando são:

1. Carcinicultura de Aracati – atuação desde 2009;
2. Cerâmica Vermelha de Russas – atuação desde 2003;
3. Cajucultura de Aracati – atuação desde 2008;
4. Pedra Ornamentais (Nova Olinda e Santana do Cariri) – atuação desde 2003. Apoio finalizado em 2009, e teve o apoio financeiro da FINEP.

Neste contexto, o papel da SECITECE é o de articuladora, coordenadora de projetos, estando suas vinculadas (universidades regionais, centecs e núcleo tecnológico-Nutec) responsáveis pela implementação das ações, como a elaboração de projetos, o desenvolvimento de tecnologias (exemplo: máquinas) e consultorias aos atores locais (exemplo: capacitação).

2.2. Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará

No início de 2007, com a instalação do novo governo estadual, a Rede Institucional de Apoio aos APLs, criada em 2003, deixou de existir na prática, devido à desmobilização causada pela substituição de técnicos das instituições implicadas na Rede. Entretanto, em agosto de 2007, a Rede foi recriada com outra denominação, Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará – NEAAPL-CE, por meio do Decreto Estadual Nº 28.810/2007.

O NEAAPL-CE é coordenado pela Secretaria das Cidades, sendo seu titular o Coordenador de Desenvolvimento e Integração Regional responsável por acompanhar e controlar as ações desenvolvidas pelo Núcleo. Este núcleo passou a representar a referência e a interface do Grupo de Trabalho Permanente-GTP sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Além da Secretaria das Cidades, no papel de coordenadora, compõem o Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará mais 27 instituições. Abaixo segue a lista das entidades participantes, já mencionadas na Nota Técnica 2.

A Missão do NEAAPL-CE é o de coordenar as ações de apoio, entre as 28 instituições, em busca da consolidação, fortalecimento e desenvolvimento competitivo e sustentável dos APLs no estado do Ceará, de forma que suas ações permitam:

- Estabelecer, promover, organizar e consolidar a política pública de apoio aos Arranjos Produtivos Locais como política da indução do desenvolvimento local para geração de emprego e renda, e estímulo à exportação;
- Apoiar a política de fomento à micro, pequenas e médias empresas organizadas em grupos de cooperação, ampliando seu potencial competitivo;
- Fortalecer o trabalho do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP-APLs no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, do Governo Federal;
- Colaborar na captação de recursos financeiros para aplicação no desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais;
- Discutir e elaborar lista de APLs a serem selecionados dentro de critérios definidos pelo GTP-APLs do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- Fomentar as demandas dos APLs locais;
- Analisar propostas encaminhadas pelos APLs;
- Promover articulação institucional com vista ao apoio demandado pelos APLs;
- Apreciar e elaborar os Planos de Desenvolvimento Participativos – PDPs dos APLs selecionados;
- Fortalecer a descentralização e a colaboração entre entes federados, do protagonismo institucional e dos atores dos arranjos, nos níveis estadual, local e federal e ainda integrando suas estratégias;

- Estabelecer as condições indispensáveis às ações cooperativas dos setores público e privado com intuito de garantir a aplicação máxima de conhecimentos científicos e tecnológicos atualizados, bem como auxiliar no desenvolvimento de tecnologias apropriadas para necessidades dos APLs;
- Realizar reuniões com todos os componentes do Núcleo para programar e definir ações conjuntas no processo de execução, acompanhamento e avaliação de projetos novos e em execução;
- Realizar ações e desenvolver atividades afins e complementares em apoio aos APLs.

O princípio que orienta a participação de cada instituição baseia-se na divisão de trabalho definida pela especialização de cada participante. Ou seja, cada instituição oferece seu apoio em função daquilo que ela tradicionalmente desenvolve, cabendo ao Núcleo adequar os instrumentos à forma de organização dos produtores e empresas em APLs. Em fevereiro de 2008, a Secretaria das Cidades organizou, juntamente com as instituições participantes do Núcleo, uma oficina de planejamento para que pudessem discutir as perspectivas e desafios da integração/coordenação de seus membros e os métodos de trabalho. Deve-se observar que, desde o funcionamento da Rede de Apoio aos APLs, o maior desafio tem sido a integração e a coordenação dos participantes, além da descontinuidade nas participações. Adicionalmente, a oficina teve ainda como objetivos: (i) refletir sobre o papel do Núcleo APL; (ii) avaliar o andamento das ações, tendo como foco as atribuições definidas no Decreto N°28.810; (iii) elaborar o Plano de Ação - 2008/2009.

Um dos principais resultados dessa Oficina foi a fixação de cinco Eixos estratégicos de atuação do Núcleo, que valem ser mencionados já que compõem, desde então, o perfil de atuação de seus integrantes junto aos APLs: (i) captação de Recursos Financeiros; (ii) apoio ao processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento (PDs) para os 10 (dez) APLs priorizados junto com o MIDIC; (iii) suporte ao processo de transferência de tecnologias apropriadas para os APLs; (iv) organização e gestão do Núcleo; (v) acompanhamento e controle das ações.

O Núcleo realizou levantamento da atuação institucional em APLs no Estado, de seus integrantes, para seleção dos APLs pilotos que seriam trabalhados. Naquele momento, foram definidos cinco APLs para apoio, como também suas lideranças, assim

como as instituições que ficariam responsáveis em coordenar as ações e elaborar os Planos de Desenvolvimento Participativos–PDPs. A lista foi completada posteriormente com mais seis APLs, totalizando onze a serem apoiados pelo NEAAPL-CE.

Entre as ações realizadas pelo Núcleo, desde sua criação até o momento desta pesquisa, destacam-se:

1. Levantamento institucional dos APLs prioritários;
2. Formação de grupos de trabalho para elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos APLs priorizados junto ao Grupo de Trabalho Permanente GTP – APL;
3. Escolha das lideranças dos APLs;
4. Contratação de consultorias para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Participativos (sob a responsabilidade da instituição líder, ou seja, aquela responsável por coordenar cada Arranjo);
5. Validação dos PDPs;
6. Seminário de Apresentação dos PDPs do Ceará e Pernambuco.

2.3. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa-SEBRAE

O SEBRAE não se envolve com o trabalho de identificação e mapeamento de APLs, posição que não impede que seus técnicos e coordenadores regionais realizem trabalhos de diagnósticos setoriais nas regiões em que atuam. De maneira geral, a instituição tem atuado em função da demanda, ou seja, se houver demanda por parte dos parceiros, grande número de empresários envolvidos, experiência de organização social, aprendizado tácito, organização empresarial, interesse dos empresários, o SEBRAE atuará como parceiro.

No momento da pesquisa, o SEBRAE-CE atuava em 138 projetos, dos quais 47 eram APLs monitorados pelo SIGEOR - Sistema de Gestão Estratégica Orientada para Resultados. Sua atuação se dá na forma de consultoria em gestão empresarial, tecnologia, apoio à comercialização, certificação, legalização, registro de produtos e implantação de qualidade.

É importante ressaltar que nem todas as ações do SEBRAE tem como foco exclusivo os APLs, pois o mesmo também prioriza os pólos, cadeias produtivas, e aglomerações, além de empresas individuais.

2.4. Empresa Brasileira de Agropecuária - EMBRAPA

A Embrapa permanece com sua posição de atuar em APLs previamente identificados. No caso do Ceará, a instituição seguiu a identificação e recomendação da Rede de Apoio aos APLs do Estado. Em nível nacional, a Assessoria de Relações Internacionais – ARI articula pesquisadores e analistas atuantes em APLs no país para traçar uma política específica para o trabalho em arranjos nas unidades da EMBRAPA.

Os critérios de seleção utilizados pela instituição para apoio aos APLs estão relacionados à atuação preexistente de pesquisadores e analistas no arranjo ou por demanda de grupos organizados locais ou instituições parceiras já atuantes nesses aglomerados. Foram aprovados dois novos projetos para 2008, Floricultura das Regiões da Ibiapaba e de Baturité, através de edital da FINEP para APLs. Portanto, no período 2008/2009, a EMBRAPA atuou nos seguinte APLs: (i) Cajucultura, no município de Barreira; (ii) Apicultura, no município de Mombaça e Senador Pompeu; (iii) Cajucultura, no município de Aracati e (iv) Floricultura, nas Serras de Ibiapaba e Baturité.

As formas de priorização dos APLs a serem apoiados são decorrentes de existência de demandas locais, bem como da disponibilidade de recursos financeiros na EMBRAPA, via captação por Editais.

2.5. Instituto Euvaldo Lodi - IEL

Para o IEL, a atuação com foco em APL's é muito vantajosa, pois é trabalhado não só o empresário individualmente, mas também o seu entorno, o que oferece uma dimensão diferenciada ao empresário, no tocante ao seu papel e à sua importância na economia. Todos os elos que compõem a estrutura do APL passa a perceber o grau de interdependência existente entre eles. Dessa forma, motiva-se o interesse de cooperação da parte do empresário.

Sua atuação permanece semelhante àquela do período anterior a 2008. Não há processos de identificação de APLs, nem mapeamentos, sendo trabalhados aqueles

previamente identificados pelo Governo do Estado. O IEL trabalha em parceria com instituições, tais como SEBRAE, Sesi, SENAI, GOVERNO DO ESTADO, NUTEC, CNI, MDIC, MCT. As principais formas de apoio do IEL são:

- Programa de apoio a competitividade das micro e pequenas indústrias – PROCOMPI
- Projeto de Extensão Industrial Exportadora – PEIEx
- Promoção Comercial
- PROGEN – Programa de gestão estratégica do negócio
- Rede de consultores

Os elementos que desencadeiam apoio do IEL junto aos APLs são prioritariamente: demandas dos APLs, dos Sindicatos, dos Parceiros e o próprio IEL/CE. Seu envolvimento é orientado pela missão institucional, qual seja, “contribuir com o desenvolvimento dos segmentos empresariais”.

As principais demandas estão relacionadas com a formação e organização da governança, capacitação empresarial, consultorias técnicas e tecnológicas, promoção comercial, missões e feiras.

2.6. Banco do Nordeste do Brasil - BNB

No período 2008-2009, a estratégia do Banco do Nordeste do Brasil foi a mesma adotada a partir de 2005: ênfase no território, entendido como “área geográfica de atuação de suas agências”. Desta forma, o apoio às atividades econômicas volta-se para aquelas mais relevantes do território selecionado, a partir de pesquisas realizadas pelo Banco. Com o direcionamento do incentivo às atividades econômicas atreladas a determinado território, podem ou não, serem apoiados Arranjos Produtivos Locais, o que não assegura, neste caso, a existência de uma política direta de apoio aos APLs.

Para a execução desta estratégia, muitos desafios devem ser transpostos, internos e externos, entre os quais foram citados:

Internos

1. Quantidade limitada de pessoas para o planejamento, execução e acompanhamento dos projetos territoriais;
2. Melhoria da qualificação dos agentes de desenvolvimento;

3. Ausência de pessoal qualificado para a elaboração de projetos com o intento de captar recursos para os grupos produtivos;
4. Ausência de um fundo de amparo aos grupos produtivos;
5. Ausência de uma linha de crédito específica para os grupos produtivos;
6. Ausência de uma melhor definição dos processos internos relacionados com o apoio do Banco aos APLs;
7. Forte prevalência da cultura e dos processos de crédito sobre o processo de trabalho dos grupos produtivos.

Externos

1. Ambiente institucional muito complexo;
2. Multiplicidade de programas e ações, frequentemente conflitantes ou sobrepostas;
3. Ausência de instâncias de planejamento, participação e efetivo controle social;
4. Ineficácia, ineficiência, corrupção e clientelismo da administração pública;
5. Marco legal complexo, confuso e burocrático;
6. Má qualidade da educação pública.

Para a implementação da estratégia de incentivo às atividades com enfoque no território, o Banco do Nordeste contava, no momento da pesquisa, com 25 funcionários que atuavam com base no “Programa Nordeste Territorial”

Esse programa foi criado em julho de 2005 com o objetivo de gerar mais negócios buscando o aumento da competitividade e a promoção da inclusão social. Aproximadamente 6.000 pessoas no Estado do Ceará são beneficiadas pelo Programa, entre produtores rurais, artesãos, micro e pequenas empresas. Por meio desse Programa, são executadas ações voltadas para infraestrutura, pesquisa, difusão, capacitação, crédito e comercialização.

Tal programa era a continuidade do “Programa de Polos de Desenvolvimento Integrado do Nordeste (1996-2005)”.

Além dos esforços empreendidos pelo Banco, outros parceiros também são responsáveis pelo desenvolvimento e apoio aos grupos produtivos, o que fortalece a cultura da cooperação, ratificada por ações como o compartilhamento da elaboração, execução e dos custos dos projetos, a proposição de novos projetos e ações, e a participação em fóruns, câmaras e comitês. Essa cooperação é motivada pela oportunidade de racionalização dos recursos, diminuição dos custos, efetivação de ações, atração de investimentos, incremento dos financiamentos do Banco, maior competitividade dos empreendimentos com menor risco.

3. ANÁLISE DAS POLÍTICAS: FOCO E INSTRUMENTOS

3.4. Principais apoios e ações implantadas no Estado do Ceará

Nesta seção, será mostrada a estrutura de apoio aos APLs e das políticas/ações implementadas no Estado do Ceará, ressaltando prioridades, estratégias, complementaridades, superposição e conflitos. Assim, torna-se possível verificar a capacidade de as políticas em alimentar as relações sistêmicas entre os atores locais, de maneira que os estoques de conhecimento sejam ampliados e difundidos, favorecendo o desenvolvimento local e regional. A presente seção está baseada em informações constantes em Nota Técnica da pesquisa.(BNDES,2009)

O Governo do Estado do Ceará possui papel ativo na elaboração e implementação de políticas, não apenas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs como também para o alcance do desenvolvimento econômico, regional e social do estado. Em quase todos os APLs, o Governo do Estado atua com políticas visando favorecer o desempenho do arranjo por meio da Secretaria das Cidades, Secretaria da Agricultura, da Ciência e Tecnologia, dentre outras.

O grande pilar de sustentação da atuação do governo estadual, podendo assim dizer, é a Secretaria das Cidades, cujo objetivo é bem mais amplo do que o apoio aos APLs e visa, primordialmente, promover o desenvolvimento econômico regional, melhorar a infra-estrutura urbana e ampliar as capacidades institucionais dos municípios. Essa Secretaria coordena o Núcleo Estadual de Apoio aos APLs – NEAAPL empregando ações de apoio à consolidação, fortalecimento e desenvolvimento competitivo e sustentável de APLs. A Secretaria das Cidades apóia os APLs que já possuem liderança, governança, e que estejam organizados e mostrem capacidade de gerar emprego e renda para a mão-de-obra local.

O NEAAPL conta com a participação de 28 instituições, mencionadas em capítulos anteriores, tais como SECITEC, SDA, SEPLAG, STDS, SEBRAE etc. para citar algumas. Cada instituição coopera conforme suas competências, cabendo à Coordenação observar a ocorrência de duplicidade de ações e proporcionar a complementaridade das mesmas, além de tentar tornar claro o papel de cada ator no ambiente que está inserido. Cabe também à Coordenação do NEAAPL promover a interface com o Grupo de Trabalho Permanente-GTP do MIDIC, a fim de viabilizar ações promotoras ao fortalecimento dos onze APLs prioritários selecionados pelo GTP no estado do Ceará.

Além do seu envolvimento com o NEAAPL, a Secretaria das Cidades mantém duas outras frentes de apoio aos APLs, mantidas fora do escopo do grupo de APLs prioritários selecionados junto com o GTP. A primeira frente é preenchida com o sistema de lançamento de Editais que visa provocar grupos de produtores organizados para que os mesmos formalizem e encaminhem suas demandas. Esse sistema conta com o apoio financeiro do Fundo de Combate à Pobreza-FECOP e do BNDES, como foi mencionado no capítulo 2. A segunda frente é ocupada pelo Programa “Cidades do Ceara”. Para isso, a Secretaria definiu políticas/programas/ações de desenvolvimento e integração regional para o Estado, focalizando investimentos para cidades localizadas em regiões estratégicas, de modo a proporcionar o crescimento e o desenvolvimento do interior. Esse programa tem o apoio financeiro do BIRD e do BID. Nos APLs das cidades sob o foco desse programa, a atuação da Secretaria é no sentido de proporcionar capacitação, investimento em infraestrutura produtiva, apoio à participação em eventos, seminários, missões técnicas, entre outras.

Apesar do seu esforço, a Secretaria tem encontrado problemas ao implantar suas ações, a exemplo das dificuldades de promover a intersetorialidade, quantidade insuficiente de técnicos para o acompanhamento dos projetos, despreparo técnico das prefeituras municipais para subsidiar a instituição na preparação do projeto, além da burocracia na condução dos processos, que impede uma maior agilidade na captação de recursos, aprovação e acompanhamento das ações.

3.4.1. APLS com atividades formalizadas

A divisão entre atividades formalizadas, parcialmente formalizadas e informais deu-se a partir do conhecimento geral sobre as empresas dos APLs, adotando-se critérios objetivos e subjetivos para classificação. O mesmo se deu devido ser comum coexistirem no mesmo APL atividades formais e informais. Por exemplo, no Cariri há grande concentração de empresas calçadistas de médio porte, convivendo com pequenos negócios informais de “fundo de quintal”. Nesse caso, optou-se por classificá-las como atividades formalizadas devido ao maior número relativamente elevado de empreendimentos registrados no APL referido.

3.4.1.1. APL de Calçados (do Cariri)

Deve-se observar que o Ceará tornou-se o terceiro “pólo” calçadista do país, destacando-se pelo volume de produção como também pelo volume exportado. Tal posição foi conquistada graças à instalação no Estado de grandes empresas de couro e calçados vindas do Sul e do Sudeste brasileiros em busca de incentivos fiscais e mão-de-obra barata. Apesar da presença marcante dessas empresas (Grendene, Magnata, etc.) suas relações com o território cearense são reduzidas, não constituindo, portanto, redes de fornecedores locais. Neste caso, as empresas de calçados mantêm relações intra-setoriais com os sistemas produtivos de origem, localizados naquelas duas regiões. Deste modo, considera-se como APL de calçados o conjunto de empresas e atividades correlatas situados na região do Cariri, principalmente no município de Juazeiro do Norte.

O APL de calçados no Cariri, cujos produtos são de base sintética, recebe apoio de instituições como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresa); Governo do Estado (Secretaria das Cidades; Secretaria do Planejamento e Gestão; Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação-SECITECE (CENTEC; NUTEC); Conselho de Desenvolvimento Econômico); BNB (Banco do Nordeste do Brasil); IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); URCA (Universidade Regional do Cariri); APEX (Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos); SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e SINDINDUSTRIA. No que se refere às ações implementadas pelas principais instituições nesse APL, observa-se que estas são diferenciadas em cada área de atuação, ou seja, não ocorre sobreposição e conflitos com relação as políticas implantadas.

O SEBRAE regional do Cariri, provavelmente a instituição mais presente e efetiva no APL, oferece apoio na captação de recursos e na capacitação empresarial, enquanto a SECITECE (e instituições associadas) trabalha com agregação de valor através de transferência de tecnologia. O BNB coloca à disposição dos médios empresários suas linhas de empréstimos e financiamento. Em recentes levantamentos e estudos efetuados pelo Banco Mundial e Secretaria Estadual das Cidades, no âmbito do Programa “Cidades do Ceará”, ficou definido que esse APL será foco prioritário de intervenção, ao lado do APL de Turismo, inclusive religioso. Dentre as ações privilegiadas pelas referidas instituições está a construção de um Centro Tecnológico que terá a função de capacitar mão-de-obra, realizar testes e aprimorar o uso de materiais e os desenhos dos calçados. Apesar da sua pertinência, o referido centro tem encontrado dificuldades em relação à sua instalação.

3.4.1.2. APL de Carcinicultura

A carcinicultura é uma atividade relativamente recente no Ceará, instalando-se no estado na década de 1990. Sua localização deu-se ao longo do litoral ocupando áreas com disponibilidade de espaço e água. Inicialmente, devido ao forte estímulo exercido pelos elevados preços internacionais, a ocupação se deu de maneira desorganizada e, muitas vezes, sem licença ambiental vindo a provocar sérios impactos ambientais acompanhados de conflitos com a população do entorno. Sendo uma atividade recente, os atores locais não reúnem ainda a aprendizagem necessária para tornar a atividade competitiva e amigável do ponto de vista ambiental, aspectos que, por si, justificam apoio por parte de instituições, sobretudo quando a atividade é realizada por grupos de produtores.

O APL de carcinicultura é apoiado pelo CENTEC e SECITECE (Secretaria de Ciência e Tecnologia), cujas ações, no caso do primeiro citado, estão relacionadas à capacitação, assistência técnica, difusão de tecnologia e prestação de serviços (via laboratórios e pesquisa), enquanto o segundo oferece apoio na questão da agregação de valor por meio de transferência de tecnologia. Percebe-se que há uma preocupação em oferecer ações capazes de estimular a geração e difusão do uso de conhecimento, assim como de capacitação de mão-de-obra, o que pode fazer com que os principais atores obtenham certa independência futura com relação às instituições.

A falta de cooperação neste APL, associada à limitação financeira e à resistência dos atores locais ao que é novo, são obstáculos a serem suplantados, o que pode refletir em desempenho não tão satisfatório com relação à produção e comércio. Deve-se mencionar, como já referido, que a carcinicultura promove impactos ambientais negativos, tais como devastação de mangues e lançamentos de afluentes de metabissulfito de sódio nos recursos hídricos locais. Neste caso, não bastam ações repressoras e repressivas da parte do governo estadual, especialmente ao trabalho da Secretaria do Meio Ambiente, mas são necessários também que um trabalho de educação seja realizado junto aos produtores ao mesmo tempo em que uma aproximação e diálogo entre produtores e a população que habita no entorno das atividades produtivas.

3.4.1.3. APL de Móveis

O Ceará, assim como todos os estados do Brasil, possui uma produção própria de móveis para atender o mercado local. Em geral, trata-se de produção artesanal, mantida pelo mercado de encomenda, situada em grande parte nas periferias das grandes cidades e

capitais. No tocante aos segmentos de móveis com valor agregado, por meio de desenhos e tecnologias, no Ceará, estes são atendidos basicamente por produtores localizados no Sul do país, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, no segmento de móveis para segmentos médios, o Ceará dispõe de uma produção local considerável. O número de fabricantes locais tem justificado a existência de um Sindicato ativo e disputado com sede na Federação das Indústrias do Estado-FIEC. Mas, em geral, são produtores individuais e isolados que compram matérias-primas e insumos de maneira relativamente aleatória.

Dentro desse universo, destaca-se o caso do Arranjo Produtivo de Móveis do município de Marco, interior do Estado, onde se encontra um aglomerado de empresas produtoras de móveis, insumos e acessórios funcionando sob a coordenação de uma empresa âncora, pertencente a um político-empresário. Essa empresa tem o nome de Jacaúna e mantém uma rede varejista importante de móveis residenciais, espalhada pelo Ceará e Nordeste.

O SEBRAE e a SECITECE são as duas instituições que se destacam no apoio a esse APL no Estado. A primeira tem como linha de ação a capacitação de recursos humanos e consultorias para os pequenos empresários, e a segunda atua na agregação de valor via transferência de tecnologia assim como no apoio, articulação, desenvolvimento, negociação e participação, com suas vinculadas, de grupo de trabalho (GT) para elaboração do Plano de Desenvolvimento do APL, pesquisa aplicada, etc., voltados para a competitividade.

3.4.1.4. APL de Tecnologia da informação

Desde a tentativa de fazer funcionar o Programa “Ceará Digital” o arranjo produtivo de Tecnologia de Informação de Fortaleza ganhou visibilidade. Esse programa, coordenado pelo Centro de Estratégias de Desenvolvimento-CED, foi lançado no ano de 2000 e tinha como objetivo impulsionar o sistema local de inovação em tecnologia de informação, através da identificação, mapeamento e integração dos atores e instituições públicas e privadas, calcada sobre o tripé governo-universidades-empresas privadas. Durante a articulação desse programa, foi possível atrair para Fortaleza a empresa Instituto Atlântico (derivada do CPQd de Campinas), hoje empresa âncora do setor e adquirir (pelo governo) um prédio no centro de Fortaleza para abrigar um condomínio de micro e pequenas empresas do setor. Também avançou o projeto de inclusão digital puxado pelas “Ilhas

Digitais”, que não ficaram restritas à cidade de Fortaleza. Esse programa deixou de existir na passagem de 2002 para 2003, por duas razões (i) falta de continuidade político-administrativa no tocante ao programa em si e (ii) falta de união e cooperação entre os empresários locais de TI, que se fragmentaram em função dos seus interesses individuais e particulares. No entanto, o “Ceará Digital” deixou um legado que foi a mensagem da importância de se trabalhar o setor sob a abordagem de arranjo produtivo com vistas para o fortalecimento do sistema local de inovação em TI.

Esse APL recebe atualmente apoio da SECITEC cujas ações colocadas em prática não diferem do apoio dado a outros APLs no Estado, ou seja, tentativa de agregação de valor por meio do esforço de se procurar a transferência de tecnologia. Mas para esse setor, cuja detenção do conhecimento é complexa e difícil, o esforço da citada Secretaria é limitado. No entanto, a SECITEC tem procurado implementar, em todo Estado, o projeto “Cinturão Digital” que compreende uma grande rede integrada de fibras óticas em banda larga. Uma vez cumprido, tal projeto terá com certeza grandes e positivos impactos sobre a inclusão digital de pessoas, empresas e instituições públicas e privadas. A segunda instituição de apoio é o ITIC (Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação) que oferece, dentre outros, capacitação aos empresários, através do programa de qualificação para melhoria de gestão ambiental e programas de fomento à certificação das empresas do APL.

Por último, não deve passar despercebido que o setor público, especialmente o governo do Ceará, se apresenta como peça importante para o APL no que diz respeito à demanda por equipamentos e serviços de informática. Quando se trata de licitações para atender compra de equipamentos, as empresas locais têm pouca competitividade, mas quando as licitações são voltadas para a demanda de serviços, as empresas locais acabam tendo algum sucesso. Há muito, o uso das compras governamentais têm liderado o universo de reinvidicações feitas pelos empresários locais com a justificativa de que esse instrumento poderia dinamizar o APL de TI no Estado. Entretanto, por razões jurídicas esse instrumento não pode ser utilizado com o fim de privilegiar qualquer que seja o segmento.

3.4.1.5. APL de Turismo

Segundo a Secretaria do Turismo do Estado do Ceará, em 2009 o aeroporto internacional Pinto Martins registrou uma entrada de 2,46 milhões de visitantes, possibilitando uma demanda sobre a rede hoteleira de 1,31 milhão de pessoas, que resultou

em receita turística de R\$ 3,6 bi. Com essas cifras, percebe-se que o turismo no Ceará transformou-se em uma das principais atividades econômicas do estado, embora seus efeitos multiplicadores ainda limitados na capital e em alguns pontos do extenso litoral.

Além da capital, Fortaleza, que reúne a maior concentração de equipamentos, número de hotéis, posadas, bares, restaurantes e casas de entretenimento, o turismo no Ceará se espalha para pontos litorâneos como Canoa Quebrada, Jeriquaqua, Prainha, etc. Esses últimos pontos formam arranjos produtivos locais cujos territórios são bem delimitados e caracterizados e seus atores são facilmente identificados. Já na capital, o turismo forma um grande complexo, reunindo vários segmentos complementares. Em geral, essas localidades apresentam problemas comuns e desafios comuns, dentre os quais, a sazonalidade e a qualidade não homogênea e não regular dos serviços.

As instituições que apóiam esse(s) APL(s) são: a) CENTEC, com ações em capacitação profissional, organização produtiva e apoio à gestão; b) BNB atuando em diagnóstico da atividade, mapeamento dos atores da atividade, caracterização do território, estímulo à governança da atividade (Fórum setorial da atividade), definição dos objetivos e ações, estabelecimento de metas; c) SEBRAE que segue a linha de atuação direcionada para capacitações gerenciais e tecnológicas, planejamento estratégico, mapeamento e criação de roteiros turísticos, inventário turístico, realização de missões técnicas e empresariais. Percebe-se que são ações que não se sobrepõem, ou seja, cada instituição oferece programas no sentido de melhorar e expandir o funcionamento do APL.

Entretanto, a principal promotora de apoio ao complexo turístico do Estado é sem dúvida a Secretaria Estadual do Turismo, cujas ações têm sido tanto de caráter horizontal como vertical. Como ações horizontais destaca-se a política de promoção, trabalhando a imagem do Estado, por meio de divulgação e marketing turístico. Como ações verticais, podem-se mencionar as parcerias realizadas junto às companhias aéreas internacionais como a TAP e Delta Air Lines, possibilitando linhas diretas entre Fortaleza e EUA e Europa. Além dessas modalidades de apoio, a Secretaria de Turismo está à frente da construção do novo Centro Multiuso (Pavilhão de Feiras) além do Aquário, anunciado como o maior da América Latina. Esses equipamentos poderão deslocar o padrão de qualidade do turismo no Ceará para um patamar superior, pois possibilita trazer para o estado turistas com famílias e turistas em viagem de negócio, possibilitando também permanecer mais tempo no local.

3.4.1.6. APL de Flores

Há dois centros tradicionais de produção de flores no Ceará, a Serra de Ibiapaba e o Maciço do Baturité, cujos produtos, há muito, têm sido as flores tropicais destinadas ao mercado local. No entanto, a partir do ano de 2001 o Ceará passa a exportar rosas para a Holanda. Nesse ano, a receita foi de US\$ 131 mil, mas já, em 2007, as receitas chegaram a US\$ 4,9 milhões. Esse fato novo foi possibilitado pela política de atração de empresas implementada pela Secretaria da Agricultura Irrigada, que conseguiu trazer para o estado empresas de origem holandesa (de São Paulo) para se instalar na Serra de Ibiapaba, que oferecia boas condições e boa produtividade. A partir da instalação dessas empresas nessa localidade, micro e pequenos produtores desse local passaram a se interessar pela atividade.

Diante das novas necessidades, o SEBRAE passou a participar no apoio ao APL de flores da Serra de Ibiapaba procurando levar a esses pequenos produtores o “Projeto Floricultura no Ceará”, que incluía novas tecnologias e capacitações gerenciais. O referido órgão atuou junto com o Governo do Estado, através das Secretarias do Desenvolvimento Local e Regional (extinta) e da Agricultura Irrigada (também extinta). Esta última Secretaria, além de ter trabalhado a atração de empresas, atuou também com assistência técnica e montagem de infra-estrutura e logística (no aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza) para facilitar as exportações, tendo em vista o produto ser perecível. Um dos desafios enfrentados pelos órgãos de apoio está nas dificuldades de alavancar as exportações de flores tropicais, devido à falta de padrão bem como a resistência do mercado consumidor. Rompendo essas barreiras aqueles dois centros de produção poderão estruturar dois grandes apIs de flores no estado, agregando e incluindo elevado número de famílias produtoras.

3.4.2. APLS com atividades parcialmente formalizadas

3.4.2.1. APL de Fruticultura irrigada

A agricultura irrigada, no Ceará, transformou-se numa nova fronteira agrícola, em contraste com a agricultura de sequeiro com baixa produtividade predominante no semi-árido, área que domina o território cearense em cerca de 95%. Nessa vasta área, dominam a produção de milho, mandioca e feijão, à exceção de alguns pontos irrigados como a do APL Pingo D’Água no município de Quixeramobim. A grande agricultura irrigada está

localizada na Região do Baixo Jaguaribe, que conta com relativa abundância de água oferecida pelo rio Jaguaribe, hoje regulado pelo Açude Castanhão.

No Baixo Jaguaribe está se formando uma estrutura produtiva cuja organização conta com uma combinação, não necessariamente de integração, entre grandes, médios e pequenos produtores realizando, principalmente, a produção de abacaxi, banana e melão, toda voltada para exportação. No segmento da grande produção, encontra-se a gigante americana Delmonte que se posiciona como importante âncora, mas com reduzida interação com o entorno produtivo e institucional da região. Os pequenos produtores, e novos entrantes, na agricultura irrigada encontram-se ainda em fase de aprendizagem, principalmente em relação ao tipo de produto ideal, padrão tecnológico, etc.

Nesse contexto, a ex-Secretaria de Agricultura Irrigada exerceu o papel de principal player no tocante à articulação e atração de investimentos para a Região. Além disso, o Banco do Nordeste do Brasil-BNB tem entrado com apoio aos produtores de banana, caju, mamão, goiaba e maracujá, oferecendo diagnóstico da atividade, mapeamento dos atores da atividade, no território, apoio à consolidação da governança da atividade (Fórum setorial da atividade), definição dos objetivos e ações; estabelecimento de metas, monitoramento do Projeto de Trabalho da Atividade Econômica-PTAE. Além disso, claro, o BNB oferece linhas de crédito e financiamento. O Banco do Brasil também apóia o APL de fruticultura oferecendo serviços semelhantes ao BNB, a exemplo da elaboração de diagnóstico da atividade, considerando os aspectos econômico-financeiro, técnicos, de infra-estrutura, de mercado, sociais, ambientais, ameaças e oportunidades (pontos fortes e fracos). A SECITECE e o CENTEC, este com uma grande unidade de ensino presente na região, apóiam a fruticultura irrigada oferecendo, o primeiro, agregação de valor, e o segundo, capacitação profissional, assistência técnica e prestação de serviços, via laboratórios.

A despeito da expansão do APL de fruticultura irrigada no Baixo Jaguaribe, deve-se observar que os produtores, sobretudo os de pequeno porte, têm sofrido muita pressão em suas margens de lucro devido, em primeiro lugar, à valorização da moeda nacional e, em segundo lugar, ao custo da água e da energia elétrica, custos estes que não estão sendo compensados pelo aumento da produtividade. Uma outra questão enfrentada por essa região, rebatendo novamente sobre os pequenos produtores, é a elevação do preço da terra. Por fim, a região tem necessidade de acelerar a finalização de alguns perímetros irrigados, a fim de aumentar as áreas irrigadas, e melhorar a

distribuição de água por meio de adutoras, o que depende de articulação entre os agricultores bem como de investimentos em infra-estrutura.

Fora da região do Jaguaribe, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) apóia o APL de fruticultura de pequenos agricultores em Quixeramobim, este, como já mencionado, na região semi-árida, promovendo integração das ações institucionais e articulações de instrumentos de transferências de tecnologia. Nesse APL, há a cooperação entre os órgãos SEBRAE, Prefeitura municipal, NUTEC, BNB, Konrad Adenauer e EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Ceará).

3.4.2.2. APL de Redes de dormir

A fabricação de redes de dormir se confunde com a própria imagem do Ceará, ao lado da figura da jangada dos pescadores. Isto era mais evidente quando o Estado detinha uma das maiores produções de algodão do país, que deu origem às indústrias têxtil e de confecção. Não fosse a utilização de teares mecânicos em algumas localidades, a fabricação de redes de dormir seria, como é, classificada como atividade artesanal. Desta maneira, a produção de redes de dormir se difundiu pelo Ceará, mas, foram em algumas localidades que essa produção ganhou destaque. Dentre esses locais estão os municípios de Jaguaruana, Irauçuba e Varzea Alégre, que formaram três importantes arranjos produtivos desse produto nos quais estão envolvidos grandes porções de suas populações. Apesar da popularidade do uso da rede de dormir em todo o Nordeste e Norte do país, em tempos recentes essa preferência tem sofrido alterações. Além disso, outros pólos produtores, também em forma de APL, surgiram nos demais estados do Nordeste, a exemplo do município de São Bento na Paraíba. Essas mudanças, tanto na demanda como na estrutura da oferta, abalaram a liderança dos APLs cearenses no mercado. Tal abalo tem sido a principal motivação mobilizadora dos órgãos públicos e privados de apoio aos APLs de redes de dormir no Ceará, a fim de relançar a capacidade competitiva dos produtores.

Nesse objetivo, SECITECE, SEBRAE, IEL (Instituto Evaldo Lodi)/FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), STDS (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social) e Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional-SDLR formaram um pool institucional, entre 2004 e 2006, para levar apoio a esses APLs. As duas primeiras ofereceram seus tradicionais instrumentos, já descritos anteriormente, o IEL/FIEC ofereceu ações de capacitação e consultoria para as MPEs - Projeto Tecnológico

financiado pela FINEP/SEBRAE e a STDS ofertam cursos de capacitação. A SDLR, por sua vez, apoiou na melhoria do desenho, marketing e participação em feiras e eventos. As respostas dos produtores aos referidos apoios variaram entre os APLs, no entanto, os produtores do arranjo produtivo de Varzea Alegre responderam mais positivamente, tendo em visto terem expandido suas vendas no mercado. O APL de Jaguarana, o mais tradicional do Estado, vem enfrentando o desafio da desmotivação dos produtores, por terem perdido mercado para o APL de São Bento (Pb).

3.4.2.3. APL de Jóias Folheadas

A produção de jóias folheadas teve início com os ourives, em Juazeiro do Norte, por causa das romarias que fluem para a cidade a fim de homenagear o Padre Cicero. Dessa atividade, primordialmente artesanal, derivou a produção de jóias folheadas, representadas por peças de metais “banhadas” a ouro que os romeiros adquirem como lembrança do local. Atualmente, são cerca de trinta produtores realizando esse tipo de atividade em Juazeiro, apresentando algumas formas de arranjo produtivo. Apesar de aglomerados em Juazeiro do Norte, os insumos adquiridos pelos produtores vêm todos de fora do Estado, tendo Limeira, em São Paulo, como uma das referências. Quanto ao mercado consumidor, hoje, ele não se restringe mais a Juazeiro e ao Cariri.

Apesar desses produtores não manifestarem demandas explícitas aos órgãos de apoio, a sociedade local, juntamente com as autoridades representativas vêm se preocupando com os impactos ambientais causados por esse APL sobre os lençóis freáticos do município, quando dejetos são lançados diretamente na rede de esgoto. Há um certo consenso, por parte dos órgãos de apoio, de que esse problema deva ser resolvido. Uma das soluções visualizadas e discutidas com os produtores tem sido a concentração dos produtores em um Condomínio de Empresas, a partir do qual os impactos seriam melhor controlados, usando-se uma central de armazenamento dos resíduos rejeitados pela produção. Empenhados no esforço de viabilização desse projeto encontram-se hoje o Sebrae regional e a Secretaria Estadual das Cidades, juntamente com a prefeitura de Juazeiro do Norte. Mas, de maneira rotineira, o Sebrae também tem apoiado o referido APL sob a forma de capacitação dos produtores.

3.4.2.4. APL de Cerâmica vermelha

O arranjo produtivo de cerâmica vermelha explicitamente apoiado no Ceará é o da região do Jaguaribe, capitaneado pelos produtores do município de Russas. Antes do encaminhamento dos apoios, o Ministério de Minas e Energia, juntamente com a Finep, financiaram a realização de um diagnóstico do referido APL, no qual foram constatados problemas de várias ordens, a exemplo da degradação ambiental, desperdício de materiais, falta de padrão de qualidade em função de desajustes na queima, etc.

Uma vez realizado o diagnóstico, esse APL passou a receber o apoio das seguintes instituições: NUTEC / IEL / SEBRAE / CENTEC e NUTEC / e IEL / ASTEF (Associação Técnico-Científica Engenheiro Paulo de Frotin)/ CENTEC. Os apoios podem ser divididos em dois grupos. O primeiro grupo contém, dentre outras ações, melhoria do conhecimento geológico dos depósitos de argila, melhoria dos métodos de lavra dos depósitos de argilas, redução dos desperdícios e perdas do processamento cerâmico, melhoria das condições de saúde e segurança do trabalho e de questões trabalhistas, educação e conscientização ambiental e trabalhista, capacitação técnica, gerencial e de recursos humanos. O segundo grupo reúne ações que visam a melhoria do conhecimento tecnológico dos processos produtivos das empresas de cerâmicas do Baixo Jaguaribe/CE, redução do consumo de lenha nos processos de secagem e queima das peças cerâmicas, redução na emissão de poluentes atmosféricos na queima de peças cerâmicas, e capacitação técnica nos processos das matérias primas, conformação, secagem e queima. Constata-se que os dois grupos ofertam serviços visando principalmente a saúde do trabalhador, melhorias nas técnicas utilizadas na fabricação e preocupação com o meio ambiente.

A SECITECE é o principal ator mobilizador de apoio ao APL, trabalhando no sentido de estimular inovação para 100 produtores que geram 4.500 empregos diretos. Dentre os resultados alcançados nessa mobilização e estímulo pode-se citar o desenvolvimento de um modelo de forno capaz de produzir um produto final (telha e tijolo) com padrão de qualidade aceitável pelo mercado, além do mesmo permitir economia de energia. A questão agora é fazer com que essa tecnologia seja socializada para todos os produtores.

3.4.2.5. APL de Cajucultura

O Ceará é um dos maiores produtores brasileiros de caju, e as plantações espontâneas ou em fazendas se estendem por toda costa cearense. Há várias empresas de grande porte locais que beneficiam em grande escala a castanha do fruto e a exporta, em concorrência com vários outros produtores internacionais como a Índia e o Vietnã. Essas empresas mantêm uma grande rede de agentes compradores em todo estado, que agem no sentido de agregar as produções quando estas não estão organizadas em fazendas. Neste caso, a organização é francamente verticalizada, e o pequeno produtor não tem influência sobre o preço da amêndoa.

Há, no entanto, localidades em que o beneficiamento da amêndoa é realizada no próprio local e vendida no mercado interno, mas também exportado. O eixo central de organização desse “modelo” está nas mini fábricas de processamento, mas captaneada por alguma associação de produtores. Este é o caso do arranjo produtivo do município de Barreira, no Maciço do Baturité. Mais recentemente, um grupo de produtores revelando as mesmas características das do município de Barreira recebeu o apoio da Secretaria da Ciência, da Tecnologia e da Inovação-SECITECE, este no município de Aracati, mas ainda não apresentou resultados avançados.

As instituições envolvidas no apoio a esse APL são: a) Banco do Brasil-BB, que orienta suas ações para elaboração de diagnóstico da atividade, considerando os aspectos Econômico-Financeiro, Técnicos, de Infra-Estrutura; b) EMBRAPA que atua na certificação da cajucultura para mercados diferenciados; c) CENTEC promove capacitação profissional; difusão de tecnologia; produção de mudas; análises laboratoriais; e d) SECITECE se volta para agregação de valor via transferência de tecnologia.

A SECITECE aparece, nesse APL, apoiando a inovação tecnológica junto a 82 produtores que geraram 2.400 empregos diretos (2008-2009). Para efetivar seu apoio, essa Secretaria conta com a cooperação das instituições do CENTEC, STDS, FAEC (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará), SDA e EMBRAPA, cujo objetivo está pautado no desenvolvimento local e fortalecimento da região a qual se encontra o APL em questão, e geração de emprego e renda.

A EMBRAPA participa também com apoio na qualificação dos cajucultores da região no tocante às práticas agroecológicas visando à melhoria do produto. Este órgão

conta com a cooperação do BNB, SEBRAE, NIC Barreira, NUTEC e Serviços de cooperação Alemã. O motivo para o apoio é o estímulo ao desenvolvimento local.

Os desafios para prosperidade do APL encontram-se na limitação financeira (capital de giro) da principal Associação dos Produtores, na cultura “não inovativa” dos atores (resistência que os mesmo têm com relação ao que é novo), que bloqueiam o avanço do novo tipo de “caju anão”, com maior produtividade, na qualificação dos cajucultores. A concorrência externa, conjugada com a valorização do real, têm sido também um problema restritivo aos produtores.

3.4.2.6. APL Confeções

O setor de confeções no Ceará é um dos mais tradicionais do Estado e um dos mais expressivos no Brasil. Está entre os cinco maiores produtores de confeções do país. O setor é muito segmentado, mas predomina as linhas de produtos populares. A maior concentração da produção está na Região Metropolitana de Fortaleza, especialmente na capital. Dada sua pulverização, fragmentação e falta de espírito de organização entre os produtores, os órgãos de apoio sentem dificuldades em encaminhar apoios sistemáticos. No entanto, deve-se destacar nesse setor o forte espírito empreendedor.

Além dos apoios convencionais do Sebrae aos produtores na região de Fortaleza, alguns APLs do interior foram selecionados para serem apoiados, em função da sua importância para o desenvolvimento local. Dentre esses casos, podem-se citar os APLs de Frexeirinha e Morrinhos. Esses APLs contam(ram) com apoio do IEL/FIEC, através de ações de capacitação e consultoria (PROCOMPI - Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias); do SEBRAE por meio de capacitações e consultorias gerenciais, consultorias tecnológicas, apoio em feiras nacionais, promoção de produtos e missões empresariais e do Banco do Brasil que participou com a realização de diagnóstico da atividade.

3.4.2.7. APL de Cachaça

O estado do Ceará não tem tradição de grande produtor de cana de açúcar, a exemplo de Pernambuco e Alagoas. No entanto, esse produto recebeu atenção de pequenos produtores em algumas áreas úmidas do Estado, especialmente na região do Cariri. Mesmo sem essa tradição, não impediu o estado de possuir uma das marcas mais conhecidas de cachaça do Brasil, a Ypioca. Essa empresa produz cachaça em grande

escala, tem produção de cana própria mas adquire parte da matéria prima de outros produtores.

Na Serra de Ibiapaba, sobretudo no município de Viçosa do Ceará, concentra-se um grupo de pequenos produtores que, se não são responsáveis por uma grande produção, impressiona pela detenção de uma cultura da referida bebida. Parte da produção é retida no próprio município onde o produto é envelhecido e degustado socialmente, mas a maior parte (ainda) é vendida para engarrafadores do estado e fora dele. A idéia do apoio a esse arranjo produtivo surgiu em função das experiências tentadas com sucesso pelos produtores de cachaça do Estado de Minas Gerais, que atingiram patamares de alta qualidade para o produto. Nesse sentido, o objetivo do apoio passou a ser a busca de agregação de valor ao produto para que este se deslocasse da venda por atacado para engarrafadores para a venda ao consumidor final, apreciador da bebida.

O APL de cachaça da Serra da Ibiapaba recebeu apoio das seguintes instituições: a) SEBRAE que atuou na capacitação de recursos humanos e consultoria empresarial; b) IEL/FIEC com ações de capacitação e consultoria (PROCOMPI - Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias e c) CENTEC que disponibilizou monitoramento da qualidade, processamento do produto (prestação serviços via laboratório, ass. técnica) e pesquisa. Por fim, a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional-SDLR participou ativamente por meio do seu escritório regional do Vale do Acaraú, do seu agente de inovação e na distribuição, quase a fundo perdido, de kits processadores de cachaça com a finalidade de filtrar as impurezas.

Os resultados técnicos foram encorajadores, dado que o produto ganhou qualidade, mas outros resultados foram frustrantes. Estes se manifestaram principalmente na (falta) de organização dos produtores, fato que facilitou a propagação assimétrica dos benefícios. Ou seja, problema de governança.

3.4.2.8. APL de Café

À primeira vista, é estranho se falar de cultivo de café no Ceará. Entretanto, essa cultura não só existe mas ela é antiga, encontrando-se no micro clima do Maciço do Baturité. Dadas as condições naturais, é um tipo de café ecológico e sombreado. Essas características levaram a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Local e Regional-

SDLR (2003-2006) a iniciar a montagem de um projeto de apoio aos produtores de café do Maciço, procurando inicialmente mobilizar os atores. Esse trabalho foi idealizado e desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité.

Além da SDLR, esse APL recebe também o apoio do Banco do Brasil através de elaboração de diagnóstico da atividade, considerando os aspectos econômico-financeiro, técnicos, de infra-estrutura, de mercado, sociais, ambientais, ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos, além de construção de um Plano de Negócios com objetivos definidos pela equipe SDLR/Agência de Desenvolvimento Regional e ações a serem executadas pelos parceiros envolvidos na atividade. Apesar do entusiasmo inicial dos produtores, e consequente promoção do produto, com um pequeno aumento nas vendas, o projeto não seguiu em frente, principalmente por causa do fechamento, pelo governo, da Agência de Desenvolvimento Regional, que atuava como principal mobilizadora dos atores.

3.4.2.9. APL de Pedras ornamentais

A exemplo do APL de cerâmica vermelha, na região do Jaguaribe, ao APL de pedras ornamentais do Cariri também foi contemplado com o financiamento do Ministério das Minas e Energia/Finep para que fosse realizado um diagnóstico do mesmo, antes de se elaborar a estratégia de apoio por parte dos órgãos competentes. Nesse diagnóstico, foram constadados, dentre inúmeros problemas, grande desperdício de materiais, impacto ambiental, informalidade e exploração ilegal das jazidas, deficiência da tecnologia de corte das pedras; etc.

Após o referido diagnóstico, teve início o programa de apoio, que recebeu um aporte financeiro da FINEP, e foi implementado entre 2006-2009. As instituições SECITECE, CENTEC e SEBRAE foram as envolvidas diretas do APL, com destaque para a SECITECE, oferecendo, dentre inúmeros apoios, ações que visavam à agregação de valor, capacitação profissional, infra-estrutura, aproveitamento de resíduos e de capacitação de recursos humanos. O destaque maior dentro do referido programa foi o desenvolvimento de uma máquina de corte para as pedras, para melhorar o acabamento e evitar desperdício de material.

A SECITECE, em especial, apoiou o APL com serviços de inovação tecnológica, por meio da articulação com as Universidades da Região. E, além das

instituições que ajudaram no apoio, citadas acima, foi muito importante a participação do Ministério das Minas e Energia na questão da demarcação e legalização das jazidas.

Uma vez terminada a execução do programa, perceberam-se alguns problemas na conquista dos resultados. Em primeiro lugar, e o aspecto mais crítico, está no fato de os gestores do programa terem alocado um percentual muito alto do orçamento para a compra de equipamentos e o desenvolvimento da máquina de corte. Mais crítico ainda, é o fato desta máquina encontrar-se sem uso, depositada no Centro Tecnológico-Centec da Região. Outro aspecto crítico está no fato de a maioria dos produtores do APL não ter tido acesso às informações e às técnicas de manejo da jazida levadas pelo programa.

3.4.2.10. APL de Metal- mecânica

O arranjo produtivo de metal-mecânica contemplado com apoios institucionais no estado é o de Tabuleiro do Norte. Este APL tem a particularidade de concentrar uma boa quantidade de pequenos produtores de máquinas, equipamentos e peças automotivas (molas para caminhão). Esses produtores emergiram impulsionados pela existência de uma grande quantidade de caminhoneiros no município, conjugado com a presença de olarias e cerâmicas situadas próximas, que demandam máquinas e equipamentos para a produção de telhas e tijolos. O aspecto interessante nesse arranjo está na presença de um conhecimento tácito sofisticado.

Este APL recebeu um apoio não muito sistemático da SECITECE e do CENTEC, localizado em Limoeiro do Norte, cujas ações não foram muito eficazes pois apresentam o mesmo perfil e características daquelas oferecidas para outros APLs no Estado, tais como agregação de valor ao produto, capacitação profissional, organização produtiva e apoio à gestão, assistência técnica, difusão de tecnologia e prestação de serviços, via laboratório. Dada a sofisticação relativa do conhecimento retido pelos produtores as ações de apoio devem contar com consultorias tecnológicas robustas, inclusive com o apoio de laboratórios de universidades.

3.4.3. APLS com atividades não-formalizadas

3.4.3.1. APL de Artesanato

A produção de artesanato é encontrada em muitos municípios do Ceará, não raro em forma de arranjo produtivo, apresentando aglomerações de artesãos, muitas vezes organizados em associações e desenvolvendo atividades de cooperação.

Muito provavelmente, esta atividade é aquela com histórico mais antigo de apoio do poder público, ocorrendo principalmente por causa das atividades ligadas às funções das primeiras damas. Mas, no Ceará, também por causa do Turismo, as atividades de apoio de programas e políticas públicas ocorrem desde muito tempo. À frente desse trabalho encontra-se a CEART, órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Social, que sempre procurou organizar e valorizar os artesãos do interior e canalizar suas produções para o mercado de Fortaleza.

Além desse apoio tradicional e eficaz da CEART, em períodos recentes alguns órgãos de apoio vêm se somando e intensificando suas intervenções a alguns APLs do interior na procura de melhor organizar os produtores, capacitar os produtores, levar crédito, a exemplo do CrediAmigo do BNB, e melhorar a qualidade do produto. Isto tem sido realizado pelo BB, BNB, SEBRAE, SECITECE e CENTEC, cujas ações são bem conhecidas. O BB já participou na realização de diagnósticos das atividades e o SEBRAE com capacitação de recursos humanos e consultoria. A SECITECE e o CENTEC atuam na agregação de valor ao produto, capacitação profissional, organização produtiva e apoio à gestão, assistência técnica, difusão de tecnologia e prestação de serviços, via laboratórios existentes em suas instalações. Dentre os APLs contemplados estão os de Tejuissuoca, Russas, etc.

3.4.3.2. APL de Ovinocaprinocultura

A criação de ovinocaprinos no interior do Estado do Ceará é uma das mais importantes do Nordeste, e do Brasil. Trata-se, ainda, em sua maioria, de criação extensiva conduzida por pequenos produtores familiares. No entanto, em períodos recentes esse tipo de pecuária tem atraído médios e grandes pecuaristas, os quais têm promovido forte modernização e melhoria de qualidade nos rebanhos. Tal atividade expandiu depois do colapso da cultura do algodão no semi árido.

Há algumas bacias produtoras no interior do estado que se estruturaram em forma de arranjo produtivo, tais são os casos da bacia Quixadá-Quixeramobim e Tauá. Para esses casos, o Sebrae montou o Projeto Aprisco que, articulado com várias instituições de apoio, procura elevar o nível de competitividade dos produtores.

Das intervenções e apoios verificados a favor dos APLs no Ceará, este segmento, talvez seja aquele que mais resultados tenha produzido. Em função do Projeto Aprisco, são visíveis os resultados positivos em termos de melhoria da qualidade dos rebanhos, com a introdução de novas linhagens. São visíveis também os resultados em termos de ganho de peso e maciez da carne, por causa das mudanças introduzidas no manejo da criação; etc. Apesar disso, muitos problemas persistem, dois deles merecem atenção das instituições de apoio: o primeiro é o excessivo número de furtos de animais, fato que desestimula a melhoria da qualidade do rebanho, e o segundo é a desatenção dos produtores com relação à propagação da febre aftosa, cuja solução é o aumento radical na taxa de cobertura da campanha de vacinação. Este último problema tem impedido as vendas de carnes do Ceará para outros estados do país.

3.4.3.3. APL de Apicultura

A apicultura experimentou uma forte expansão no Nordeste, especialmente Piauí (Picos) e Ceará, expansão essa baseada na região semi-árida, fonte de excelente alimento das abelhas, identificada na plantas da caatinga. Por suas características naturais e orgânicas, esse mel é valorizado no mercado. Sua produção é conduzida de modo complementar a outras culturas e executada pelos agricultores familiares.

Sendo realizada de modo pulverizado a cultura de mel no Ceará necessita de arranjos produtivos estruturados para poder funcionar de maneira satisfatória. Há, no mercado, empresas âncoras que se encarregam de estruturar a produção estabelecendo uma hierarquia capaz de agregar e canalizar a produção dos pequenos produtores. Apesar disso, essa organização social da produção necessita de apoios complementares de instituições públicas e privadas. No Ceará, as principais bacias produtoras estão no Cariri, Vale do Jaguaribe e regiões próximas à Região Metropolitana e ao Sertão Central, tendo o município de Mombaça um importante ponto de referência. Por isso, em períodos recentes o APL desse município tem recebido atenção especial.

As instituições apoiadoras desse APL são: SECITECE, CENTEC e principalmente BB e BNB. Vale destacar, também, a presença da EMBRAPA, que promove a integração das ações das instituições, contando com apoio de outros órgãos, como, por exemplo, Prefeitura de Mombaça, EMATERCE e NUTEC. Dentre os apoios decisivos está a construção de entrepostos para armazenagem da produção.

3.4.3.4. APL de Leite

Embora não pareça, há no Ceará, arranjos produtivos estruturados na produção de leite, apresentando complexas formas de organização. Um deles era representado pela Parmalat, que se instalou na Região do Jaguaribe, mas que deixou o Estado do Ceará. Um outro exemplo é o Laticínio Maranguape que, mesmo situado na Região Metropolitana de Fortaleza, consegue alcançar fornecedores de leite in natura localizados no Sertão Central, graças ao seu sistema de captura da matéria prima.

Ao lado dessas estruturas organizadas, de forma hierarquizada, há pequenos produtores, principalmente no vale do Jaguaribe, que padecem face à falta de organização, infra-estrutura e logística e ao mercado consumidor. Diante disso, há necessidade do poder público de se ocupar da organização desses pequenos produtores e “construir” arranjos produtivos capazes de mantê-los produzindo. Nesse sentido, um dos focos privilegiados de atenção dos programas de apoio aos apls de leite no Estado tem sido o da região do Jaguaribe.

Este APL recebeu um apoio inicial importante do Ministério de Integração Nacional, por meio das Secretarias de Desenvolvimento Local e Regional-SDLR e da Agricultura, entre 2005 e 2006, sob a forma de doação de tanques de resfriamento de leite, para conservação do mesmo.

Além do impulso dado por esses órgãos, passaram a apoiar o APL as seguintes instituições: BNB, BB, CENTEC, SEBRAE, ADECE, SECITECE, EMATERCE, FINEP, SINDLeite e SEBRAE. De forma sistemática, este APL conta com ações da Secretaria do Desenvolvimento Agrário-SDA, que ofereceu aquisição de equipamentos de escritório para estrutura de apoio à organização dos produtores da região, além de 01 micro-computador, 01 câmara digital e 01 GPS; consultoria especializada em instalação, utilização e higienização dos tanques de resfriamento de leite, para identificar os problemas existentes no manejo dos tanques de resfriamento e fazer as recomendações necessárias para sua utilização adequada; entrega de 220 kits de higienização da ordenha e capacitação em higienização da ordenha e manejo sanitário para os 220 produtores contemplados pelo projeto; implantação de 14 tanques de resfriamento de leite (referidos) com capacidade de 4.500 litros/leite/dia, para fortalecimento da cadeia produtiva local, com as adequações da IN 51; difusão tecnológica do processo de ensilagem.

3.5. A importância dos APLs no fluxo de comércio do Estado

Nesta seção, será avaliada a importância dos APLs nos fluxos de comércio interestadual e internacional no Estado do Ceará de modo a salientar sua contribuição para a economia local. Essa seção, ainda, irá avaliar a importância dos APLs quanto a sua participação nos fluxos comerciais como reflexo da estrutura produtiva estadual, baseado em informações do Nota Técnica 4 da pesquisa.

3.5.1. APLS com atividades formalizadas

3.5.1.1. APL de Calçados

A fabricação de Calçados ocupa lugar de destaque na estrutura produtiva do Estado do Ceará. Os produtos fabricados são prioritariamente sintéticos e injetados plásticos. No APL de Calçados do Cariri, também há produção de sandálias de rabicho feitas artesanalmente com couro.

A seção Indústria de transformação cearense, as quais estão inseridas as principais atividades produtivas do Estado, incluindo calçados, mostrou-se importante tanto para o mercado interno, participando com 69,79% do total das saídas interestaduais, quanto para o mercado externo, com 91,11% das exportações totais do Estado em 2006.

Dentre os grupos de atividades que mais se destacaram nos mercados, em 2006, esteve *Fabricação de calçados*, que participou do mercado interno com 13,09% e com 25,36% do mercado externo. Destacou-se a classe *Fabricação de calçados de material sintético* no mercado interno, responsável por 6,98% do total das saídas interestaduais, e a classe *Fabricação de calçados de couro* no mercado externo que respondeu por 12,85% do total das exportações do Estado. Tal comportamento fez, em 2006, o saldo da balança comercial do grupo *Fabricação de calçados* ser superavitário em R\$ 1.758.277.645,27 (BNDES, 2009a).

A participação mais expressiva do setor de calçados na pauta total de exportação cearense ocorre a partir de 1997, ganhando destaque cada vez maior nos

anos subsequentes. Esse destaque estar associado ao programa de atração de investimentos produtivos iniciado em 1996, executado pelo governo local, que, acabou favorecendo a elevação do número de empresas ligadas à atividade no estado que destinassem sua produção ao mercado externo.

Para o mercado interno, identifica-se que as principais regiões que compraram produtos cearenses deste grupo de atividade foram Sudeste (Estado de São Paulo principalmente) e Sul do Brasil (Rio Grande do Sul e Paraná). Para o mercado internacional, são variados os destinos, como, por exemplo, América do Sul (Uruguai, Argentina, Venezuela, Bolívia, Peru), Europa (Portugal e Espanha), América do Norte (México e Estados Unidos), para empresas de médio e grande porte. As empresas calçadistas de pequeno porte vendem prioritariamente para o mercado local e regional.

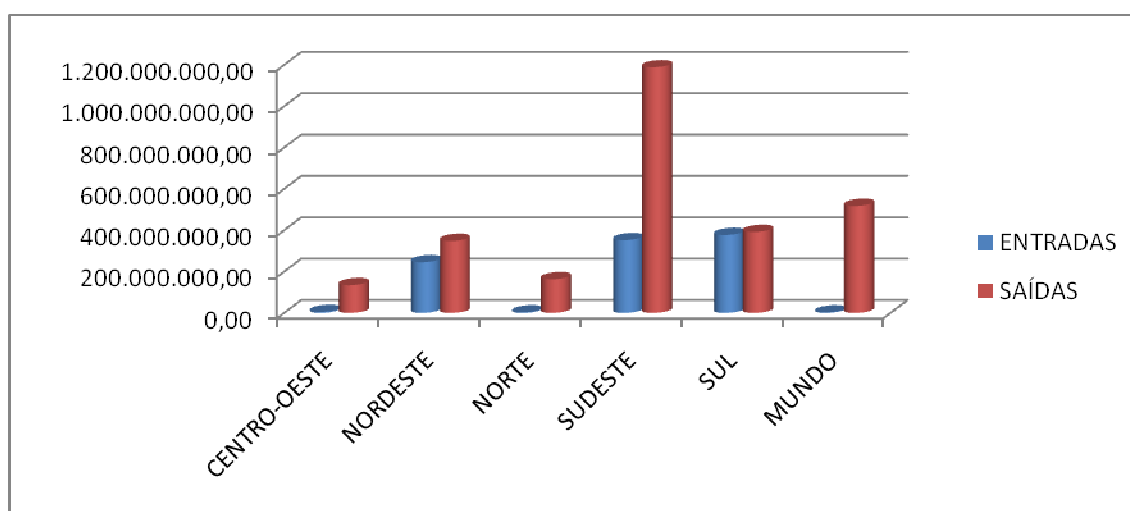


Gráfico 1 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de calçados em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

Os insumos de produção são PVC, borracha de EVA, PU, Papelão, Ferragens, Cola, Solado, Napas e Couros, comprados, em sua maioria, no Rio Grande do Sul, São Paulo, Campina Grande e Fortaleza. Alguns pequenos insumos são adquiridos no comércio local, principalmente quando se trata de empresas de menor porte. No que diz respeito as máquinas, essas são provenientes das regiões sul e sudeste, ou são importadas da Alemanha.

3.5.1.2. APL de Carcinicultura

Na foz dos Rios Jaguaribe e Acaraú localizam-se APLs de Carcinicultura, onde merecem destaque os municípios de Aracati e Fortim, bem como Acaraú, respectivamente. O produto elaborado é o camarão em cativeiro, produzido em viveiros.

O setor peixes é tradicional na pauta exportadora do estado na qual, historicamente, o produto lagosta sempre pontificou com destaque. No entanto, a partir 1997, presencia-se, nessa pauta, camarões de cativeiro com importância gradual crescente nos anos posteriores, fato este explicado pelos investimentos efetivados neste ramo de atividade.

Camarão, por exemplo, pertence ao grupo de atividade *Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado*, sendo importante principalmente para o mercado internacional que participou com 9,42% do valor das exportações totais do Estado em 2006. O saldo da balança comercial interestadual foi positivo, já que ocorreram mais saídas do Estado (0,37% do total) que entradas de produtos deste grupo (0,27%). No entanto, grande parte dos produtos deste grupo com certeza foi para o mercado internacional, participando com 9,41% das exportações ocorridas em 2006, o que levou o saldo da balança comercial do grupo para o valor superavitário de R\$189.657.610,31. (BNDES, 2009a).

Percebe-se, pelo Gráfico 2, que o referido grupo de atividade tem grande destaque no mercado externo. Quanto ao produto camarões, esse foi exportado principalmente para Estados Unidos e Europa (Portugal, Espanha, Alemanha e França).

No mercado interno, a principal região demandadora do grupo de atividade citada foi o Nordeste seguido do Sudeste, neste último caso, as vendas foram destinadas, fundamentalmente para o Rio de Janeiro e São Paulo.

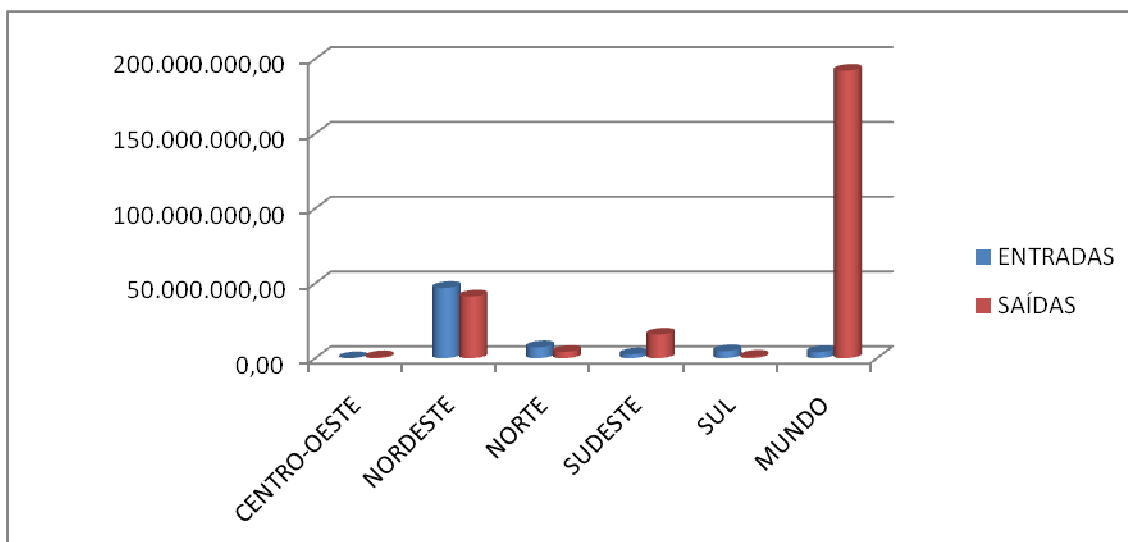


Gráfico 2 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

Os principais insumos para produção do camarão são encontrados no Ceará, exceto a ração animal que vem de Pernambuco. O Estado conta com quase toda a cadeia produtiva do camarão em cativeiro, como a fabricação de telas, fábricas de gelo, bombas, pós-larva, insumos, etc.

3.5.1.3. APL de Móveis

A cidade de Marco e a Região Metropolitana de Fortaleza são especializadas na produção de móveis em geral, enquanto na cidade de Iguatu há predominância de Móveis Tubulares. Os principais produtos de Marco e Fortaleza são estofados, salas de jantar (cadeiras, mesas e consoles), dormitórios e móveis de ratan, de ferro e de alumínio. Quanto aos móveis tubulares destacam-se a produção de mesas, cadeiras, camas, estantes, cadeiras de balanço, rack, dentre outros.

As exportações de móveis no estado são visíveis desde 1999, com participação muito pequena na pauta total de exportação cearense, mantendo-se, nos anos seguintes no mesmo patamar, sem grandes elevações na participação das exportações cearenses.

O APL de móveis se enquadra no grupo de atividade *Fabricação de móveis*, apresentando o saldo da balança comercial interestadual deficitário (R\$ 45.896.997,18) devido ter ocorrido mais entradas de produtos pertencentes a este grupo

(correspondendo a 0,56% do total das entradas no Estado) do que saídas propriamente dita (0,44% das saídas totais) em 2006(BNDES, 2009a).

O destino dos móveis cearenses em 2006 foi direcionado para todo o Brasil, destacando que a principal região demandadora pelos móveis cearenses foi o próprio Nordeste, enquanto a principal origem de produtos desta classe de atividades foi a Região Sudeste. Os principais estados de destinos dos produtos foram Piauí e Paraíba. Entretanto, também há exportações para o mercado internacional, como Estados Unidos, Caribe (Porto Rico, República Dominicana) e Europa.

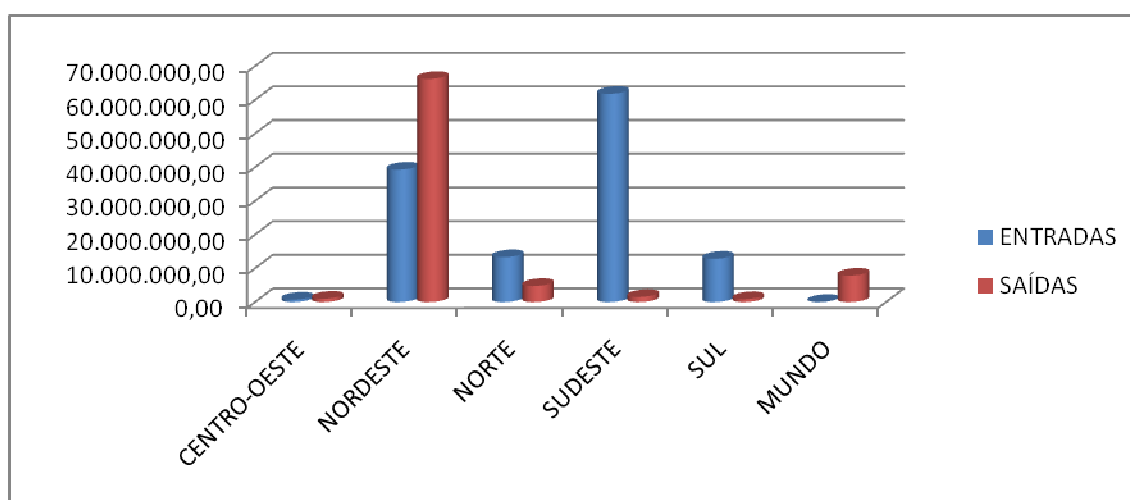


Gráfico 3 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de móveis em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

Os principais insumos para a fabricação de móveis são: palha natural, palha sintética, tecidos, couro, espumas para os estofados, tintas, adesivos, abrasivos, vidro, mármore, fórmica, acrílico, granitos e pedras, madeiras, MDF (*Medium Density Fiberboard*), dobradiças, pregos, parafusos, instrumentos, maquinário, alumínio e madeira, tubos de aço provenientes da Aço Cearense de Fortaleza, empresa localizada em Caucaia. Os tecidos e as tintas são oriundos de São Paulo, alguns acabamentos são comprados no Rio Grande do Sul. As esponjas e tecidos são adquiridos no próprio município de Iguatu.

3.5.1.4. APL de Tecnologia da Informação

O APL de Tecnologia da Informação em Fortaleza é especializado no desenvolvimento de *software* e elaboração de programas. Por ser uma atividade de serviços, baseada no conhecimento de seus profissionais, seu insumo básico é proveniente das universidades e cursos tecnológicos, seja do Ceará ou de fora.

Este APL pertence à classe de *Atividade dos serviços de tecnologia da informação*, cujo saldo da balança comercial interestadual foi deficitário, em 2006, na ordem de R\$ 37.089,10, o que mostra dependência ainda neste ramo de atividade (BNDES, 2009a). Com relação ao mercado internacional, foram captadas informações apenas com relação às exportações desse grupo de atividade.

As principais regiões brasileiras que venderam serviços relacionados a esta classe de atividade foram Sudeste e Sul, no entanto, o Estado do Ceará vendeu serviços para outros estados da Região Nordeste, ocasionando saídas superiores às entradas em 2006. Para o mercado internacional, evidencia-se que, nos últimos anos, está sendo dada atenção maior para este mercado.

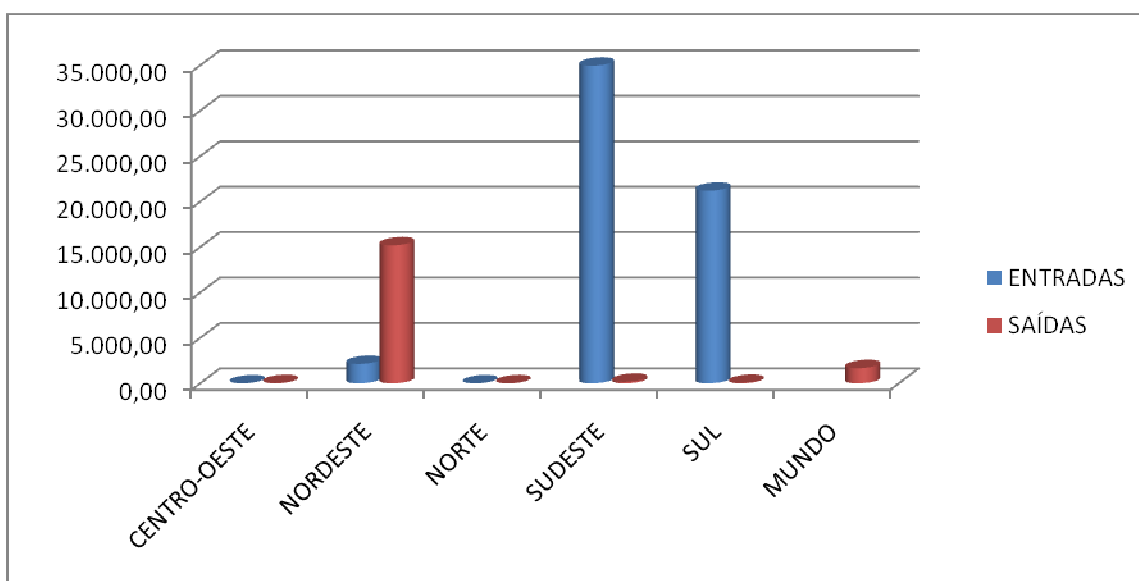


Gráfico 4 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade dos serviços de tecnologia da informação em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ, 2009. MDIC, 2009. ITIC, 2007.

NOTA: Não há informações disponíveis de importações.

3.5.1.5. APL de Turismo

O setor de turismo apresenta um diferencial competitivo dentre as potencialidades do Ceará gerando desenvolvimento e oportunidade de emprego a partir de empreendimentos produtivos, especificamente na cidade de Fortaleza, no litoral (com destaque para Canoa Quebrada e Jericoacoara), nas regiões serranas (Ibiapaba e Guaramiranga) e no Cariri. Esses APLs proporcionam diferentes experiências para o turista e se revelam em nível local e descentralizado importantes geradores de emprego e renda.

Os turistas vêm das mais diferentes regiões do Brasil. Especificamente nos APLs de Jericoacoara e Canoa Quebrada, há interesse especial pelo turista internacional, em geral de nacionalidade portuguesa, espanhola e italiana.

O APL de turismo se enquadra na seção de atividade *Alojamento e Alimentação*, que no ano analisado apresentou déficit de R\$ 13.592.668,86, e, também, no grupo de atividade *Agências de viagens, operadores turísticos*, cujo saldo foi superavitário no valor de R\$ 400,00. (BNDES, 2009a) Com relação ao mercado internacional, também não foram captadas informações sobre fluxo de comércio internacional.

Pelo Gráfico 5, é possível identificar as principais entradas destas classes de atividades citadas, onde praticamente todas as regiões venderam serviços para o Ceará em 2006, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste.

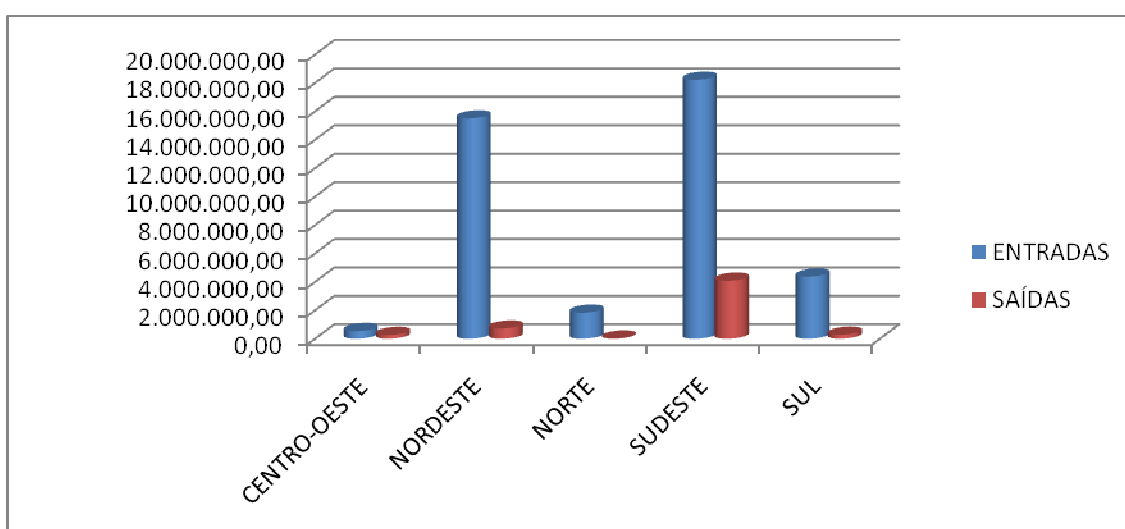


Gráfico 5 - Ceará: Entradas e saídas da seção de Alojamento e Alimentação e do grupo de atividade Agências de viagens, operadoras turísticas em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ, 2009. NOTA: Não há informações sobre comércio exterior..

Os insumos e matérias-primas consumidas pela cadeia produtiva do turismo têm origem no próprio Ceará.

3.5.1.6. APL de Flores

O Estado do Ceará ganhou relativo destaque na produção de flores tropicais e rosas, especificamente por meio dos APLs de Flores da Serra de Baturité e do APL da Serra da Ibiapaba.

As exportações de flores no estado ainda é muito incipiente, com participações muito ínfimas na pauta estadual nos anos mais recentes, apesar de que já estava presente na pauta de exportação total desde 1999.

O APL de flores está incluído no grupo *Horticultura/floricultura*, tendo participação nas saídas totais do Estado de 0,06% e 0,03% de participação nas entradas ocorridas no Estado. No mercado externo, percebe-se que a participação do mesmo grupo sobre as exportações totais cearenses foi de 0,51%, o que foi bem superior às importações. Tal fato deixou o saldo da balança comercial positivo no ano de 2006 (R\$ 13.467.082,58). Observando a classe desse grupo, *Cultivo de flores e plantas ornamentais*, essa também foi superavitária em 2006, com o valor de R\$ 14.091.317,25 (BNDES, 2009a).

O principal destino da classe Cultivo de flores e plantas ornamentais foi o mercado internacional, enquanto no mercado interno se destacaram as regiões Sudeste e Nordeste como principais demandadoras dos produtos dessa classe.

Os principais destinos dos produtos dos APLs de flores cearenses foram, no mercado nacional, o Nordeste e no externo, a Europa.

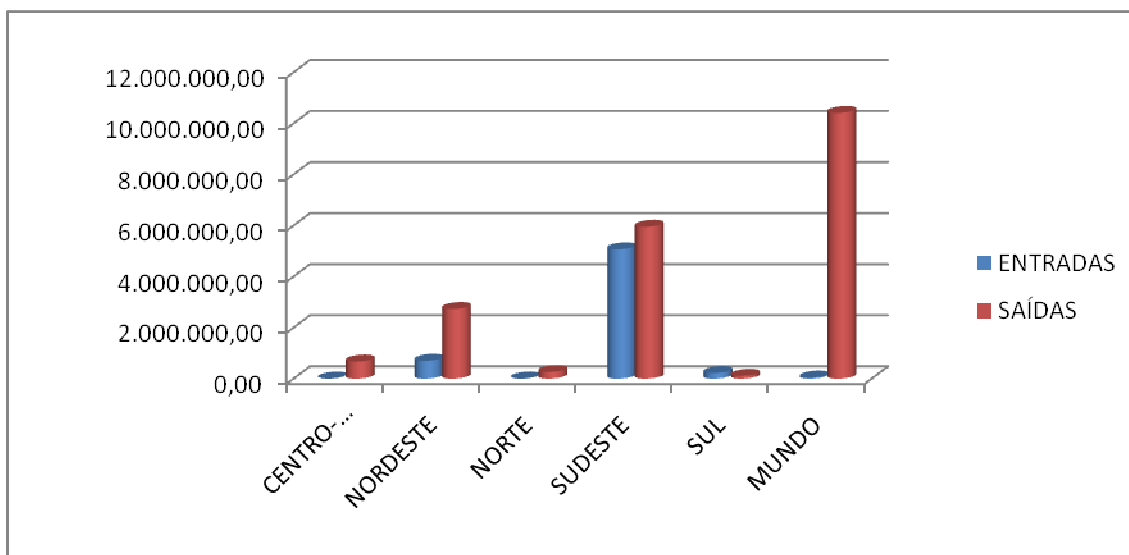


Gráfico 6 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Cultivo de Flores e plantas ornamentais em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

As principais matérias-primas são substratos, material de irrigação, adubos e fertilizantes, defensivos, estruturas de cultivo, material genético e embalagens. Atualmente, grande parte da matéria-prima e dos insumos pode ser adquirida na própria região, devido ao trabalho da Secretaria da Agricultura e Pecuária, através do Instituto Agropólos do Ceará, onde foram atraídas ao estado empresas fornecedoras e distribuidoras do APL. O Estado de São Paulo é o maior fornecedor quando o produto não é encontrado no Ceará.

3.5.2. APLS com atividades parcialmente formalizadas

3.2.2.1 APL de Fruticultura Irrigada

O Estado do Ceará possui alguns APLs de Fruticultura. Alguns deles nasceram a partir de investimentos do Governo Federal, por meio dos Perímetros Irrigados, como é o caso do APL de Fruticultura do Baixo Jaguaribe e do APL de Fruticultura do Vale do Acaraú. Outros nasceram a partir do empreendedorismo local, como é o caso do APL do Pingo D'Água.

Em geral, o empresário rural não formaliza suas atividades econômicas, a não ser quando comercializa para mercados mais exigentes. Nesses arranjos produtivos de fruticultura, há maior predomínio de pequenos produtores, mas a atividade coexiste com grandes empresas, como é o caso da Delmonte no APL de Fruticultura do Baixo Jaguaribe, uma das quatro maiores exportadoras mundiais.

Os principais produtos cultivados nesses arranjos são: mamão, goiaba, banana e, também, manga, ata, sapoti, melancia, uva, pimentão, pimenta, abacaxi.

As exportações de frutas sempre estiveram entre os principais setores de exportações do estado. Em 1997, já era visível a importante participação deste setor na pauta estadual, mantendo-se em destaque até os dias atuais, fato possivelmente influenciado pelos grandes investimentos realizados por empresas de grande porte em regiões específicas do Ceará, caso do Baixo Jaguaribe.

O APL de fruticultura está inserido no grupo *Produção de Lavouras Permanentes*, e diante da visibilidade que as exportações de frutas cearenses tiveram no mercado internacional o saldo da balança comercial em 2006 foi superávit em R\$13.448.505,96 (BNDES, 2009a).

Com relação ao destino e origem desta classe por regiões do país, constatou-se que ocorreram grandes saídas para as Regiões Nordeste e, em menor grau, para o Sudeste e Norte do país. No entanto, ocorreram entradas maiores que as saídas para as Regiões Sudeste e Sul.

Percebe-se, ainda, que, no mesmo período, as exportações dos produtos dos APLs de fruticultura irrigada foram direcionadas para o mercado internacional (Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, Portugal, Canadá e Bélgica). A maior parte dos pequenos produtores vende para o Estado do Ceará. O APL do Pingo D'Água produz tomate, mamão, melão, maracujá e pimentão, vende para outros municípios próximos a Quixeramobim bem como para o CEASA (Fortaleza).

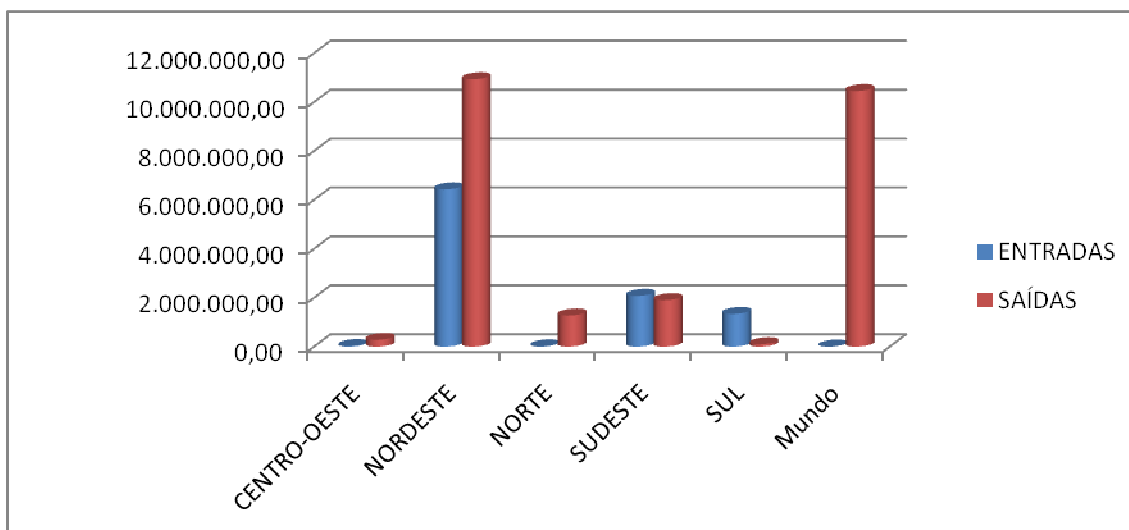


Gráfico 7 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Produção de Lavouras Permanentes em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

As principais matérias-primas utilizadas são água, energia, mudas, adubos, etc., que são adquiridas, na maioria dos casos, de fornecedores locais e de alguns de São Paulo, Petrolina, Juazeiro (Bahia). Tendo, ainda, como insumos, equipamentos (microaspersores, mangueiras de gotejamento), adquiridos em Morada Nova, interior do Ceará.

3.2.2.2 APL de Redes de Dormir

A produção de redes existe no Ceará desde muito tempo. Vários municípios se destacam na produção, como, por exemplo, o APL de Jaguaruana, APL de Várzea Alegre e APL de Irauçuba. O produto fabricado, predominantemente, é a rede de algodão, mas há também produção de redes de sol-a-sol, tapetes, redes-cadeira, bolsas e travesseiros.

Em alguns casos, há formalização da empresa, em outros casos, a produção ocorre na própria residência do empreendedor. Os teares que funcionam nas residências geralmente fabricam redes de baixa qualidade a preços bem acessíveis, utilizando métodos rudimentares, como é o caso do tingimento. Contudo, existe também a produção de redes de melhor qualidade, fabricadas em unidades produtivas mais estruturadas com teares mecânicos.

As exportações de redes, que inclui redes de malha ou de materiais têxteis, são exportadas, apesar de maneira bem modesta, desde 1997, contudo seu desempenho se manteve ao longo dos anos bem tímido, não ganhando destaque na pauta dos principais produtos exportados pelo Ceará.

O APL de redes está classificado dentro do grupo de atividade *Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuários*, cujo saldo foi superavitário em 2006 na ordem de R\$ 30.829.186,63. A classe *Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico*, que inclui fabricação de roupas, cama, mesa e banho, também se mostrou superavitária no período (R\$8.391.690,51) (BNDES, 2009a). Nesse caso, tanto as saídas do estado quanto as exportações foram superiores que as entradas interestaduais e importações cearenses.

As regiões Nordeste, Sul e o mercado externo (Alemanha, França, Estados Unidos e Austrália) foram as três principais demandantes dessa classe de atividade do Estado. No entanto, o principal destino das redes produzidas nos APLs é Fortaleza (principalmente Mercado Central e Encetur) seguido do interior do Estado.

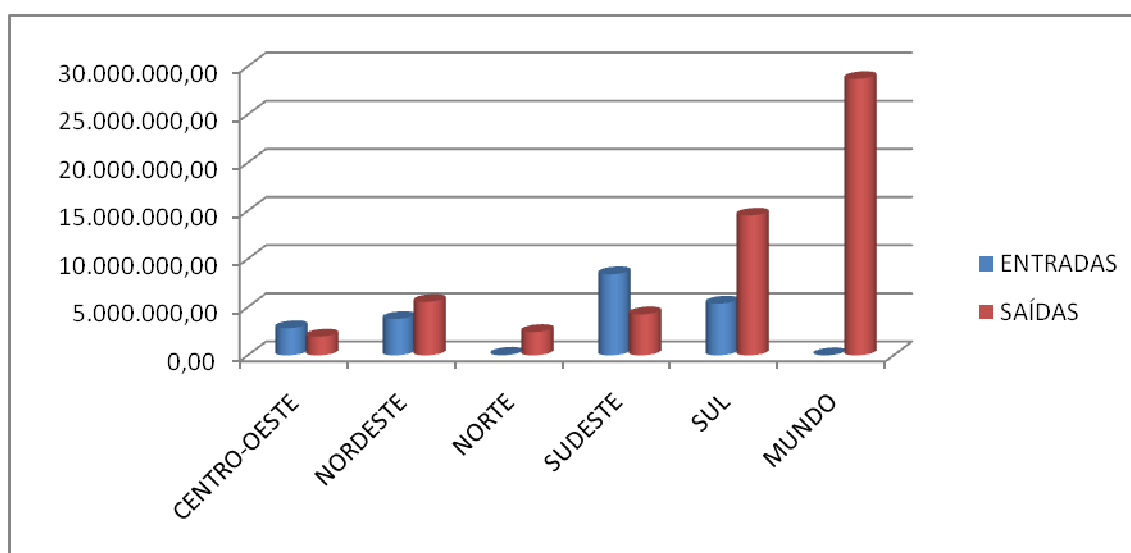


Gráfico 8 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

Os principais insumos de produção da rede são: fio de algodão, retalho de malha, cloro e tinta. Esses insumos são adquiridos no próprio município, em Fortaleza e na Paraíba. Em Jaguaruana, há duas grandes empresas de fiação, a empresa Jaguatêxtil, que produz fio 8/1 de diversas cores; e a empresa Aurora Têxtil, que produz fio cru, alvejado e colorido (90% da produção total). Estas empresas adquirem a matéria-prima (retalho de malha) na Europa, Estados Unidos, Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo, e o maquinário é proveniente da Itália e Alemanha.

3.2.2.3 APL de Jóias Folheadas

O arranjo produtivo local de jóias folheadas, localizado em Juazeiro do Norte, teve seu período de auge nos anos de 1960 e 1970, quando Juazeiro foi responsável por cerca de 50% da produção nacional de jóias folheadas. A atividade entrou em declínio nos anos de 1990, mas, atualmente, há uma série de instituições apoiando os negócios, revitalizando-a. Os principais produtos fabricados são anéis, brincos, cordões, pulseiras e pingentes.

Devido ao declínio nos anos de 1990, as participações das exportações de jóias no total exportado pelo estado foram quase inexistentes, fato que se manteve ao longo dos primeiros anos da década de 2000.

Este APL pertence ao grupo *Fabricação de joalheria, bijuteria e semelhantes*, que apresentou em 2006 superávit no saldo da balança comercial no valor de R\$ 1.565.600,21, onde o total das saídas totais do estado foi maior que as entradas do mesmo grupo (BNDES 4, 2009 a).

As principais regiões demandadoras dos produtos de joalheria foram Nordeste (70%), Norte e mercado internacional (Estados Unidos, Nigéria e Países da América Latina, como Chile e Argentina), enquanto que as origens de produtos desta classe foram essencialmente do Sudeste brasileiro.

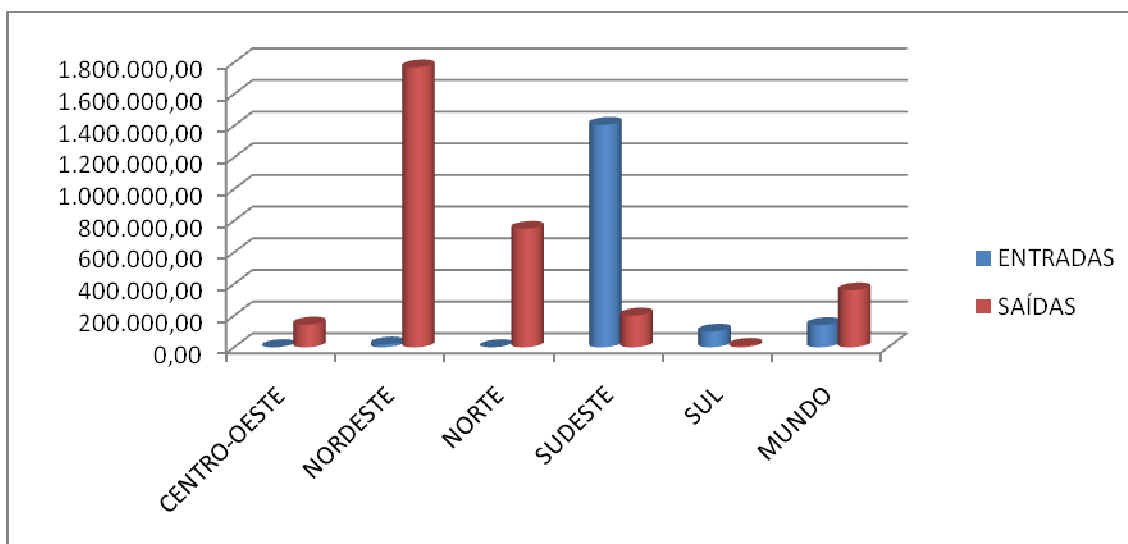


Gráfico 9 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de joalheria, bijuteria e semelhantes em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

As matérias-primas básicas são latão, alpaca, ouro e produtos químicos, todos provenientes de São Paulo. Para os pequenos produtores que terceirizam o trabalho, boa parte da matéria-prima utilizada é fornecida pelos próprios clientes. As pedras semipreciosas utilizadas para detalhes das jóias folheadas são importadas da Checoslováquia e Áustria.

3.2.2.4 APL de Cerâmica Vermelha

Toda a região Jaguaribana está localizada sob uma bacia de argila, o que estimulou aquela população aproveitar o potencial desta matéria-prima abundante. Merece destaque o município de Russas, onde há o APL de Cerâmica Vermelha, congregando aproximadamente 80 produtores, dentre formais e informais.

Os principais produtos são telhas extrusadas e blocos de vedação (tijolo de furo), distribuídos através de fretes aos mercados local e regional.

As exportações de produtos de cerâmica acontecem de maneira irregular ao longo dos anos, mas a característica principal é que sua participação na pauta total cearense é inexpressiva desde 1999 (ano que se observam as primeiras exportações), ainda não se destacando entre os principais produtos cearenses vendidos ao exterior.

O APL de cerâmica pode ser encontrado no grupo de atividade *Produtos cerâmico*, que, em 2006, apresentou saldo positivo da balança em R\$ 23.505.654,07 (BNDES, 2009a).

Observa-se, pelo gráfico, que a Região Nordeste foi a principal compradora dos produtos cerâmicos cearenses, e que a principal região que vendeu produtos desta classe para o Estado foi o Sudeste.

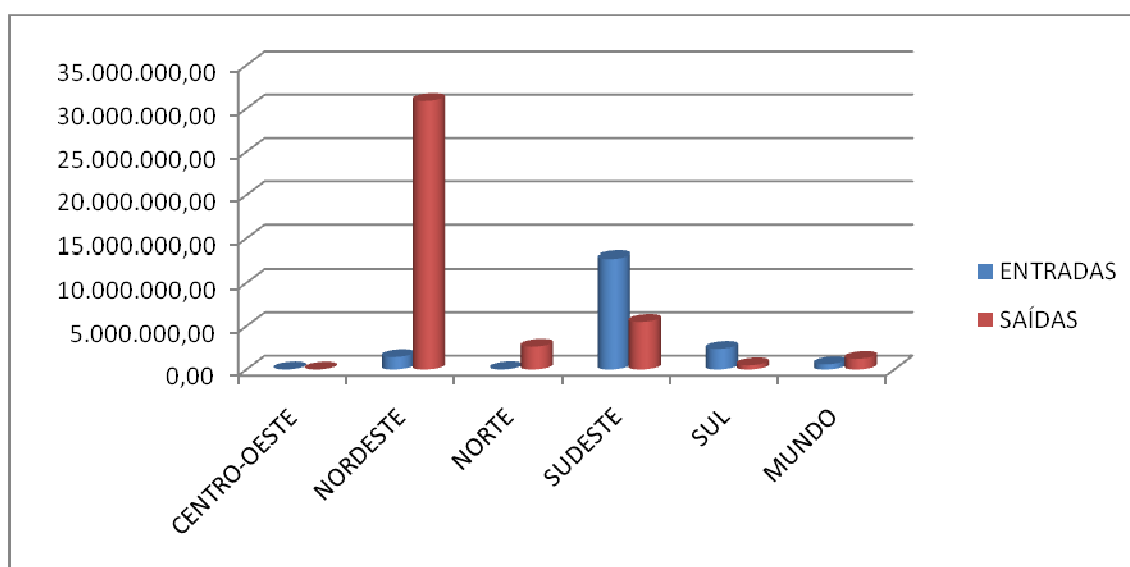


Gráfico 10 – Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Produtos cerâmicos em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

As principais matérias-primas utilizadas são argila (retirada da própria região), lenha (70% poda de cajueiro e 30% nativa), água e energia. Entre as máquinas, são utilizadas, principalmente, máquina para extração, pá carregadeira, caçamba, compradas em Fortaleza e Tabuleiro do Norte.

3.2.2.5 APL de Derivados da Cajucultura

A Produção de derivados da cajucultura é comum em diversas regiões do Ceará, com destaque para os Municípios de Barreira, Ocara, Pacajús. Os produtos fabricados

são: castanha de caju, rapadura de caju, rapadura de castanha, compota de caju, caju passa, doce de caju cristalizado, cajuína e sucos (caju, manga, goiaba)

De regra, os pequenos produtores vendem suas produções para empresas locais, que fazem o beneficiamento e posteriormente exportam em consórcio com empresas de maior porte, a exemplo da Única do Caju, em Barreira. Verifica-se também que alguns pequenos produtores vendem suas produções para atravessadores, pois não possuem capital de giro para comercializar a castanha no período da entressafra.

O principal produto de destaque aqui é castanha de caju que, historicamente, sempre esteve presente entre os principais produtos exportados pelo estado, ocupando a primeira colocação até o presente.

O APL de cajucultura encontra-se no grupo *Fabricação de conservas de frutas*, cujo saldo da balança comercial em 2006 foi superavitário no período em R\$ 292.990.613,51, fato influenciado pela elevada participação deste grupo nas exportações do Estado (16,27%) e saídas para outros estados do país em 1,33%. Vale destacar que neste grupo estão incluídas castanhas secas, doces de caju e sucos de caju (BNDES, 2009a).

O principal destino deste grupo é o mercado internacional, seguido pelo Sudeste no mercado nacional. No que se refere aos produtos dos APLs de cajucultura, o mercado externo absorve 60% da produção estadual, tendo como destinos: Estados Unidos, Canadá e Oriente Médio. Com relação ao mercado interno, os dois principais demandantes dos produtos cearenses dos APLS são a Região Sudeste (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e a Região Norte (Amazonas). Cabe destacar que os APLs atendem, também, com certa importância, à demanda da própria capital cearense e de Salvador.

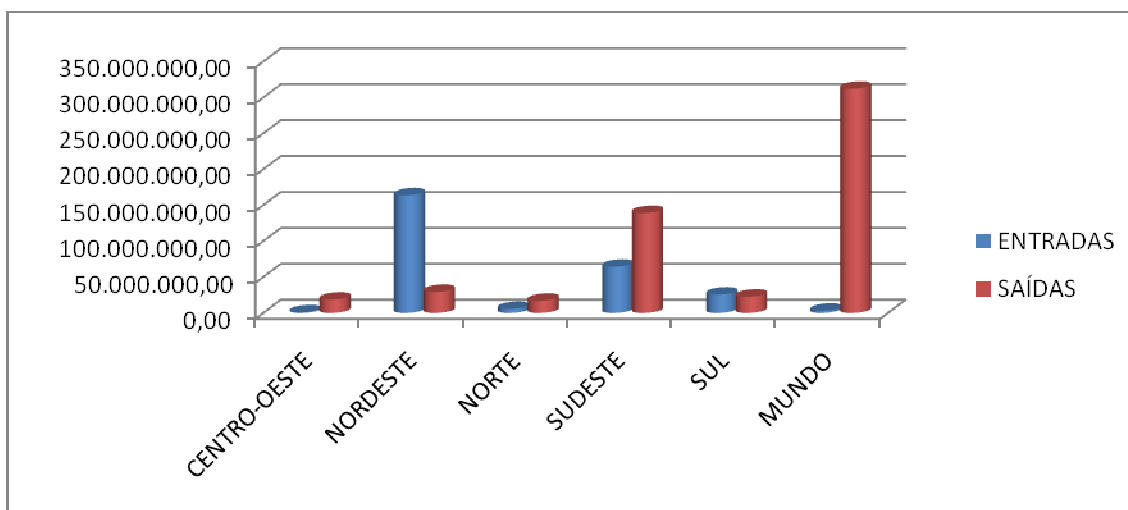


Gráfico 11 – Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Fabricação de conservas de frutas em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

A principal matéria-prima é o pedúnculo do caju e castanha de caju, encontrados nos próprios municípios. Além destes, há o uso do trator para preparar a terra, o qual é adquirido geralmente pela cooperativa que aluga para seus cooperados.

3.2.2.6 APL de Confeccões

A produção de confecção é prática usual por todo o território cearense. É comum as “donas de casa” possuírem máquinas de costura e terem sua pequena produção. Todavia, a organização em torno de Arranjos Produtivos Locais se dá no município de Acarape, Fortaleza, Juazeiro do Norte e Frecheirinha.

Os produtos são os mais diversos, que vão deste a moda íntima, praia, artigos para dormir ou modinha. Os produtos são vendidos no próprio município em que são produzidos, por meio de lojas, feiras.

As exportações de confecções estão presentes desde a década, contudo, sua participação no total das vendas do estado ainda é muito pouco expressiva, apesar da grande disseminação existente de micro e pequenas empresas de confecções no estado.

O APL de confecções enquadra-se no grupo *Confecções de artigos de vestuários e acessórios*, que apresentou, em 2006, superávit no saldo da balança comercial no valor

de R\$ 460.908.217,87, com expressiva participação no total das saídas do estado para outros estados brasileiros (BNDES, 2009a).

Observa-se pelo gráfico 12 que este grupo de atividade é de grande importância no mercado interno, sendo demandado por todas as regiões do país, principalmente Região Sudeste (Rio de Janeiro) e Nordeste (Maranhão e Piauí). Contudo, algumas empresas de confecção vendem para o próprio Ceará.

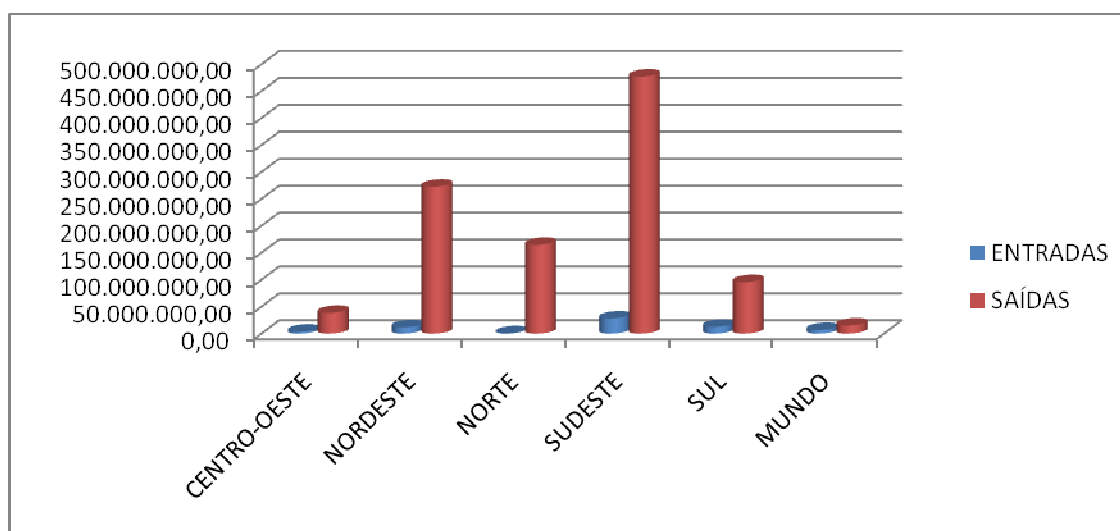


Gráfico 12 - Ceará: Entradas e saídas do grupo de atividade Confeccões de artigos de vestuários e acessórios em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

As principais matérias-primas utilizadas são: lycra, algodão, renda, rendão, cotton, elásticos, acessórios (laços, passadores, argolas, fitas, abotoaduras), etc., comprados em lojas de Fortaleza ou direto com os fornecedores em São Paulo.

3.2.2.7 APL de Cachaça

A produção de cachaça de cana-de-açúcar é concentrada no APL de Cachaça na Serra da Ibiapaba, especificamente nos municípios de Guaraciaba do Norte, Carnaubal, Viçosa (sede e distrito - Lambedor) e Ubajara, fora as grandes produções, a exemplo da Ypioca.

O produto é distribuído para clientes na própria região e para estados vizinhos (Piauí), que compram a granel diretamente nos alambiques. A principal matéria-prima

da cachaça é a cana-de-açúcar produzida, na maioria das vezes, pelos próprios produtores ou comprada na região da serra.

O setor de bebidas, o qual está inserido cachaça, exporta desde a década de 1990, no entanto, sua participação era inexpressiva, fato que perdurou ao longo dos anos sem grandes modificações visíveis, no sentido de alcançar posição de destaque na pauta exportadora estadual.

O APL de cachaça encontra-se no grupo *Fabricação de bebidas alcoólicas* na classe específica de Água ardente e outras bebidas destiladas, onde as entradas interestaduais superaram as saídas, fazendo com que o saldo da balança comercial fosse negativo em 2006 (R\$ 21.874.598,52), mesmo as exportações terem sido superiores às importações no mesmo período (BNDES, 2009a).

No que se refere às entradas e saídas, percebe-se que as compras ocorreram principalmente da Região Nordeste e Sudeste do país, enquanto as saídas foram para as demais regiões, principalmente para o Sudeste.

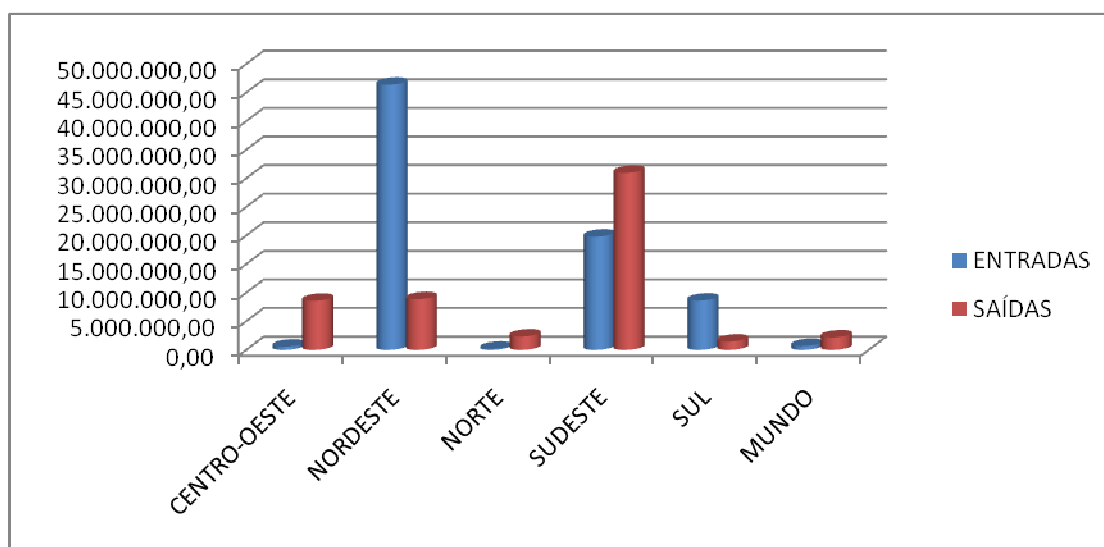


Gráfico 13 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Água ardente e outras bebidas destiladas em 2006.

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

3.2.2.8 APL de Café Ecológico

Os municípios da serra de Baturité, especificamente Mulungu, Guaramiranga, Pacoti, Aratuba e Baturité, são produtores do Café Ecológico Sombreado, constituindo um arranjo produtivo local.

O café sombreado, diferentemente do café cultivado ao sol, não demanda grande quantidade de insumos. O café ao sol utiliza fertilizantes e agrotóxicos, além do replante de mudas, enquanto o café sombreado, por ser plantado consorciado com outras espécies, convive em harmonia com o ecossistema local e conseqüentemente tem baixa incidência de pragas. Além disso, a fertilização do solo acontece pelas folhas caídas das árvores que fabricam os húmus fertilizando o solo de nitrogênio. Com relação ao replante, ele normalmente acontece a partir dos próprios frutos que caem, germinam e dão origem a novas mudas. No inverno, período em que o solo está mais brando, essas mudas são tiradas e imediatamente replantadas em outros locais.

Os produtos produzidos pelo APL são: café verde em grãos, com certificação de capacitação ecológica, café verde em grãos com certificação orgânica internacional e café ecológico torrado e moído.

As exportações do setor cafeeiro cearense eram ínfimas no final da década de 1990, oscilando positivamente nos anos seguintes e declinando já na segunda metade da década de 2000.

O APL de café pertence ao grupo de atividade *Produção de lavouras permanentes* na classe de atividade *Cultivo de café*, tendo esse último saldo da balança comercial superavitária (R\$ 7.100,45) em 2006, já que as saídas dos produtos dessa classe foram maiores que as entradas no ano de 2006 (BNDES, 2009a). Vale destacar que o principal destino dessa classe foi a Região Sudeste.

O café em grãos verde produzido pelos cafeicultores das regiões dos APLs é negociado com atravessadores que repassam o produto para as indústrias locais, dessa forma, o principal mercado destino é o local (exemplo, Café Santa Clara, Café Serra Grande).

Com relação ao mercado do café produzido pelo APL há uma mudança neste perfil e os percentuais de destinação dos produtos são:

- Café ecológico torrado e moído: 80% mercado local (Estado do Ceará) e 20% mercado nacional (Estado de São Paulo)

- Café em grãos: 100% mercado local (Estado do Ceará).

O café ecológico torrado e moído produzido no estado tem como principais demandadores: 80% para o mercado local, Estado do Ceará, e os 20% restante para o Sudeste do país (Estado de São Paulo). Já com relação ao café em grãos, 100% é absorvido no próprio mercado local (Estado do Ceará).

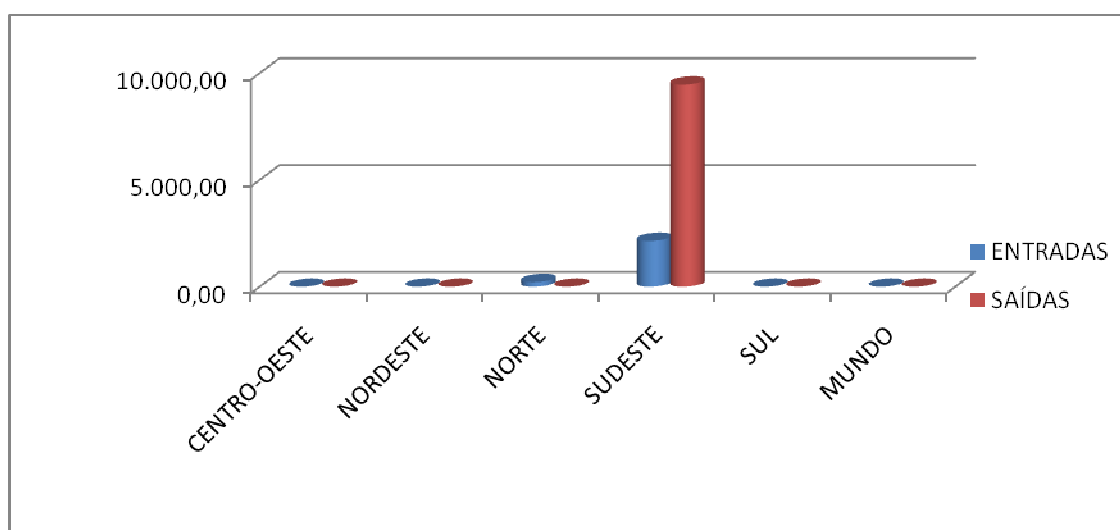


Gráfico 14 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Cultivo de café em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

3.2.2.9 APL de Pedras Ornamentais

A região sul do Ceará, especificamente em Nova Olinda e Santana do Cariri encontra-se o APL de pedras ornamentais. Lá são encontradas jazidas de pedras e movimentam a economia local.

O principal produto é a pedra para piso, seguido pela pedra para revestimento. Para isso, os insumos e matérias-primas necessários são máquinas artesanais (motores comprados no Crato e Juazeiro do Norte e adaptados localmente pelos empresários), disco diamantado (adquiridos em Fortaleza e Juazeiro do Norte) e óleo diesel (comprado em Nova Olinda).

O APL de pedras pertence ao grupo *Extração de pedras, areia e argila*, tendo sido seu saldo da balança comercial positivo em 2006 (R\$ 22.970.965,80), onde as saídas foram maiores que as entradas no Estado (BNDES, 2009a).

Com relação a destinos e origens desta classe de atividade, percebe-se que as saídas cearenses foram maiores que as entradas em todas as regiões do país, e, também, as exportações foram superiores que as importações, mostrando que esta classe é importante tanto para o mercado interno quanto externo.

O destino das pedras dos APLs, especificamente, são as cidades do Cariri (5%), Nordeste (89%), Norte (5%), e Portugal (1%). No Nordeste, destacam-se as cidades de Fortaleza, Recife, Natal, João Pessoa, Maceió, Salvador, Teresina e São Luiz. Na região Norte as cidades de Macapá e Belém.

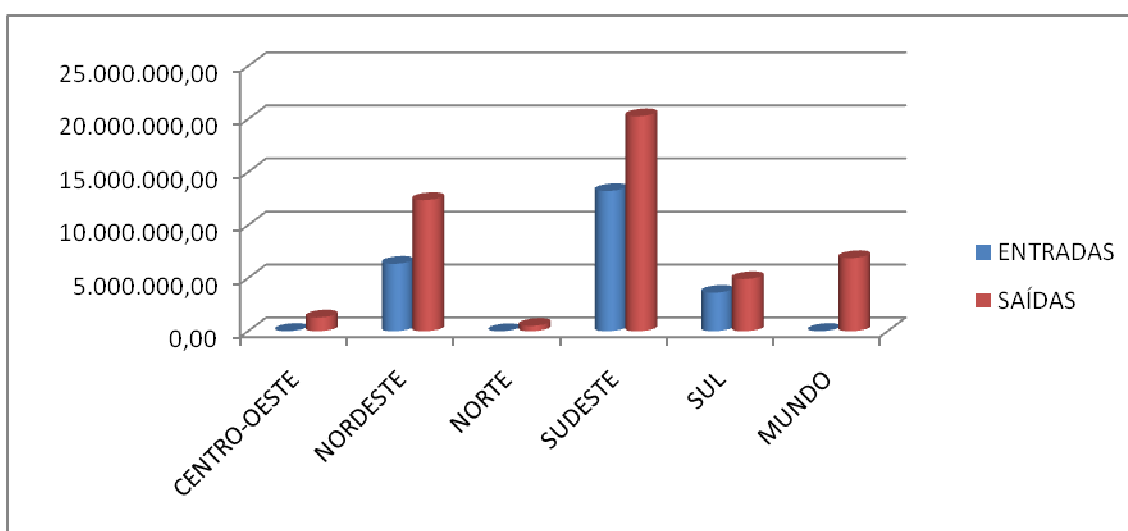


Gráfico 15 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Extração de pedras, areia e argila em 2006

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

3.2.2.10 APL de Metal-mecânica

O município de Tabuleiro do Norte, localizado na região Jaguaribana, é conhecido como a Cidade dos Caminhoneiros, e abriga o APL de metal-mecânica. Lá existem oficinas e micro e pequenas metalúrgicas que oferecem diversos produtos e serviços. Aquelas de maior porte oferecem: serviços de usinagem, fresagem, soldagem, calandragem, fabricação de engrenagens e serviços em geral; fabricação de máquinas

para a indústria de cerâmica vermelha; fabricação de máquinas de suporte a agricultura (debulhadores de feijão, forrageira, etc); fabricação de bombas de sucção; fabricação de carregadores eólicos de baterias; fabricação de molas para veículos utilitários, entre outros.

Já nas oficinas menores, as atividades básicas são: prestação de serviços de manutenção e reparos em geral em veículos leves e pesados; confecção de portões, grades de ferro, bancos e postes de jardins, janelas metálicas, etc. A maioria dos produtos e serviços é feita sob encomenda, não havendo um processo regular de produção e distribuição.

As vendas externas do segmento produtivo metal-mecânico apresentam participações incipientes na pauta total de exportação do estado. Os principais produtos exportados a ele associados são, dentre outros, martelos, alicates de metal, tesouras e suas lâminas, etc.

O APL de metal-mecânico se enquadra em alguns grupos de atividades, tais como: Produção de ferro, Produção de laminados, Produção de tubos de aço, Metalurgia e Fundição. No geral, agrupando essas classes e grupos em um grande grupo, o saldo da balança comercial foi superavitário na ordem de R\$ 18.678.977,12 em 2006 (BNDES, 2009a).

As principais regiões demandadoras deste grupo foram Nordeste, Norte e Sudeste. Entretanto, ocorreu, em 2006, grande entrada dos produtos deste grupo do mercado externo.

Para as empresas maiores, o mercado consumidor é composto, basicamente, pelos estados da Região Nordeste do Brasil. As empresas menores têm como mercado consumidor o município de Tabuleiro do Norte e outros municípios da Região Jaguaribana.

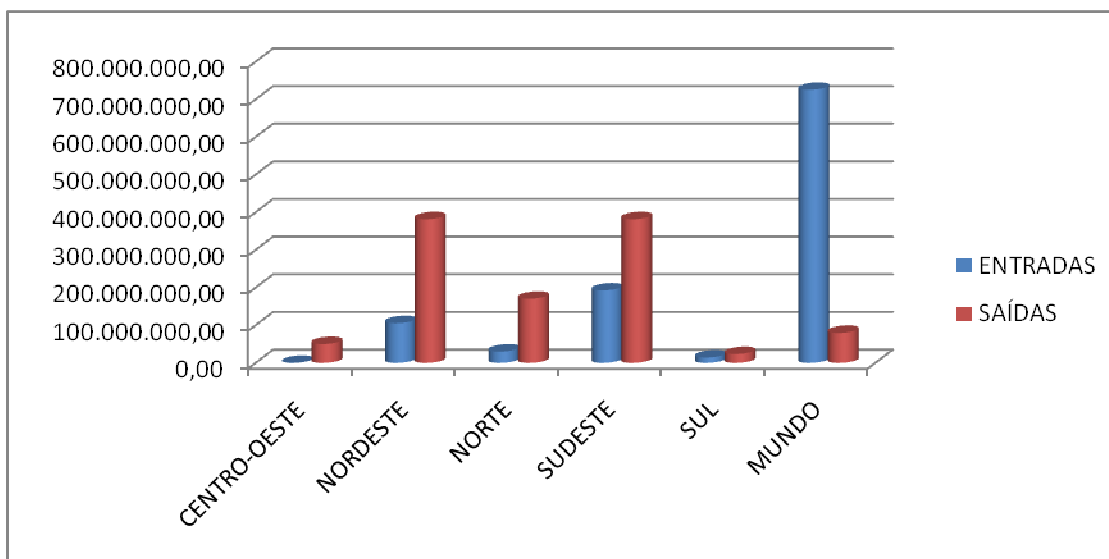


Gráfico 16 – Ceará:Entradas e saídas do grupo de atividades Produção de ferro, Produção de laminados, Produção de tubos de aço, Metalurgia e Fundição em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

A principal matéria-prima é o aço que é fornecido, na maioria dos casos, por um fornecedor local (a empresa Tabuleiro Aço), complementada por fornecedores de Fortaleza.

3.5.3. APLS com atividades não-formalizadas

3.5.3.1. APL de Artesanato

A fabricação de artesanato é extremamente comum no interior do Ceará, seja no litoral, serra ou sertão. Artesanato em palha, argila, coco, madeira, couro, croché e labirinto, são as tipologias mais comuns. Os APLs identificados no Ceará são: APLs de Artesanato de palha em Palhano e Itaiçaba, APL de Artesanato bordados em Itapajé, APL de Artesanato do Cariri, APL de Artesanato de labirinto em Aracati, por exemplo.

O APL de artesanato está inserido em dois grupos de atividades, a saber: *Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado* e *Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuários*. O primeiro grupo, no período estudado, registrou um déficit no saldo da balança comercial de R\$ 17.552.439,43 em 2006, pois as

entradas e importações foram levemente superiores às saídas e exportações do mesmo grupo. Já o segundo grupo obteve um superávit no saldo (R\$ 30.829.186,63). Contudo, observando as classes que estão inseridas os APLs de artesanato (*Fabricação de artefatos de tapeçarias, Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente e Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça*), concluiu-se que o saldo da balança comercial das somas das entradas totais e saída totais das classes como um todo, também foi superavitária em 2006 (R\$ 28.242.589,24) (BNDES, 2009a).

As principais regiões demandadoras das classes de atividades citadas foram mercado internacional, e Sul e Nordeste no mercado nacional. Entretanto, muitos produtos destas classes foram comprados pelo Estado do Ceará no mesmo período, oriundos principalmente da região Sudeste.

Quanto aos produtos cearenses dos APLs de artesanato, estes se destinaram, sobretudo, à região Nordeste (Natal, Recife, Porto de Galinhas, Caruaru, João Pessoa), Sudeste (Rio de Janeiro), Sul e o mercado internacional (Estados Unidos, Portugal e Itália). Vale destacar que os produtos artesanais cearenses são direcionados, em sua maioria, para Centros de Artesanato no próprio município, para a CEART (em Fortaleza) e outros pequenos clientes.

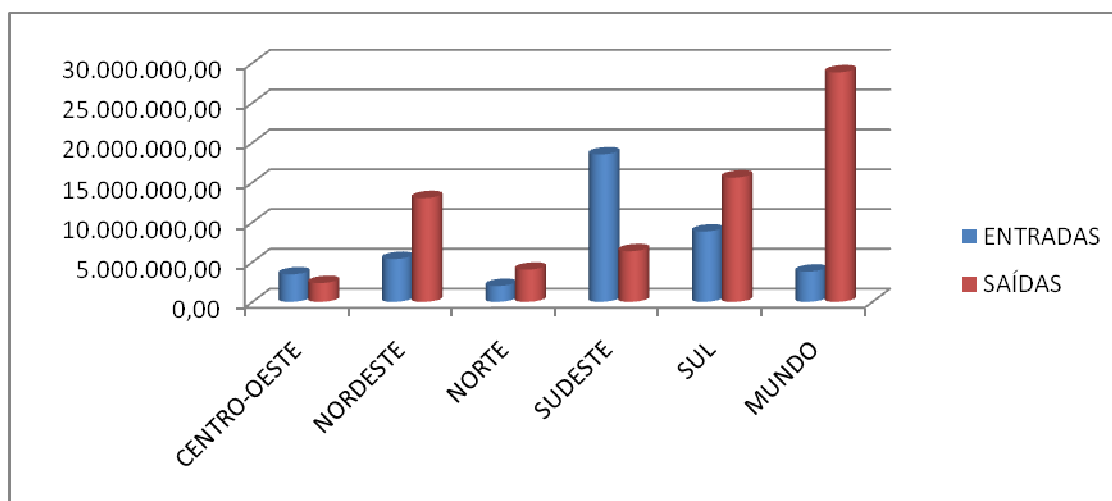


Gráfico 17 - Ceará: Entradas e saídas dos grupos de atividades Fabricação de artefatos de tapeçaria, Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente e Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ, 2009. MDIC, 2009.

A matéria-prima do artesanato cearense é variada. O labirinto, por exemplo, utiliza basicamente o linho e as linhas, adquiridos no comércio local. O artesanato de palha de carnaúba, argila e coco, madeira, couro, por sua vez, é coletada pelos próprios artesãos nos municípios.

3.2.3.2 APL de Ovinocaprinocultura

A criação de onivocaprilinos é bastante comum na região semi-árida do Ceará, por ser uma espécie animal mais resistente ao clima local. Nos municípios de Quixadá e Quixeramobim há o APL de ovinocaprinocultura, dentre outros, como em Tauá, que também integrou o projeto APRISCO do SEBRAE. O APL produz carne, animais e leite e vende para mercado local, estadual e nacional.

Observando o destino das vendas realizadas em 1990, para o segmento das pequenas e médias unidades produtoras, todas as vendas foram feitas internamente na região do arranjo. Já nas grandes unidades, 68,3% das vendas foram realizadas no estado e 31,7% ocorreram no Brasil. Em 1995, este cenário permaneceu praticamente inalterado, pois as pequenas e as grandes unidades apresentaram os mesmos resultados do período anterior, mas as médias unidades passaram a vender 3,9% em nível estadual.

Em 2000, a situação continuou a mesma para as pequenas unidades produtoras, mas, nos segmentos das médias e grandes unidades houve um aumento das vendas externas com participação de 92,7% e 76,3% do mercado local, 4,7% e 0,0% do Estado e 2,6% e 23,8% do Brasil. Já, em 2002, as pequenas unidades ainda continuam realizando 100% de suas vendas internamente à região do arranjo, as médias unidades permanecem quase estagnadas em relação aos seus mercados, com participação de 93,0%, 4,9% e 2,2% em níveis local, estadual e nacional, enquanto as grandes unidades reduzem sua participação local para 50,8% e aumentam suas participações em nível estadual e nacional para 15,0% e 34,2%.

Dentro do grupo de atividade *Pecuária* está inserido o APL de ovinocaprinocultura, na classe denominada *Criação de Caprilinos e Ovinos*. Com relação ao saldo da balança, constatou-se que foi deficitário em 2006 na ordem de R\$ 337.472,98, tendo ocorrido comércio apenas no mercado interno brasileiro (BNDES, 2009a).

As principais entradas ocorridas no Ceará, em 2006, foram das regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul, enquanto que a principal região demandadora da classe cearense foi o Centro-Oeste.

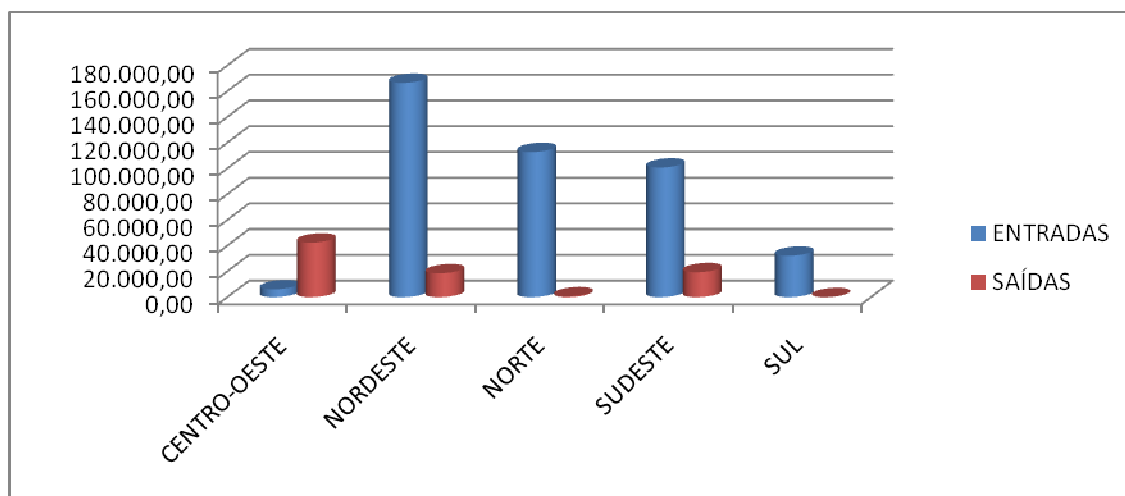


Gráfico 18 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Criação de Caprinos e Ovinos em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

A maioria dos insumos utilizados, tais como, pastagem natural e forragem, tem origem local. Os produtores compram máquinas e equipamentos agrícolas (tritador, debulhador e misturador de alimentos e rações), outras tecnologias de produção, como a inseminação artificial, a transferência de embriões, a aquisição de reprodutores e matrizes geneticamente melhorados, a produção de silagem e feno e a implantação de bebedouros automáticos para os animais, rações, vacinas e remédios.

3.2.3.3 APL de Apicultura

Os municípios de Horizonte, Pacajús e Chorozinho, Região do Baixo Jaguaribe (Limoeiro do Norte, Alto Santo, Aracati, Palhano, Potiretama, Russas) e Mombaça concentram APLs de Apicultura.

Os produtos são mel puro em latas ou fracionados, mel com própolis, limão e cravo, mel de abelhas com própolis e agrião, mel de abelhas com própolis e copaíba, mel de abelhas com própolis e eucalipto, mel de abelhas com própolis, mel de abelhas com própolis e romã, mel de abelhas com guaraná, mel em sachês, mel com geléia real, própolis em solução, Romptoss, pólen desidratado, Própolis em spray.

O produto mel começa a ser exportado pelo estado a partir de meados de 2001, conseguindo elevar sua participação nas vendas totais nos anos seguintes, influenciado, talvez, pelos investimentos realizados no setor, o que fez com que o mesmo obtivesse elevações nas participações, contudo, essas participações ainda são inexpressivas na pauta total cearense.

O APL de apicultura pertence ao grupo de atividade *Pecuária*, cujo sua classe específica é denominada *Criação de animais não especificado*. Essa classe apresentou saldo da balança comercial positivo em 2006 (R\$ 10.274.839,23), em que a participação das exportações foi significativa e chegou a 0,49% do total exportado pelo Ceará, ou seja, este APL mostrou-se importante mais para o mercado externo do que interno (BNDES, 2009a).

Como pode ser verificado no gráfico 19, as exportações estão em destaque frente às saídas interestaduais, no entanto, o destino do mel está pulverizado em menor proporção em todo Brasil, quando se trata de empresas de maior porte. As de pequeno porte vendem, essencialmente, para a própria região.

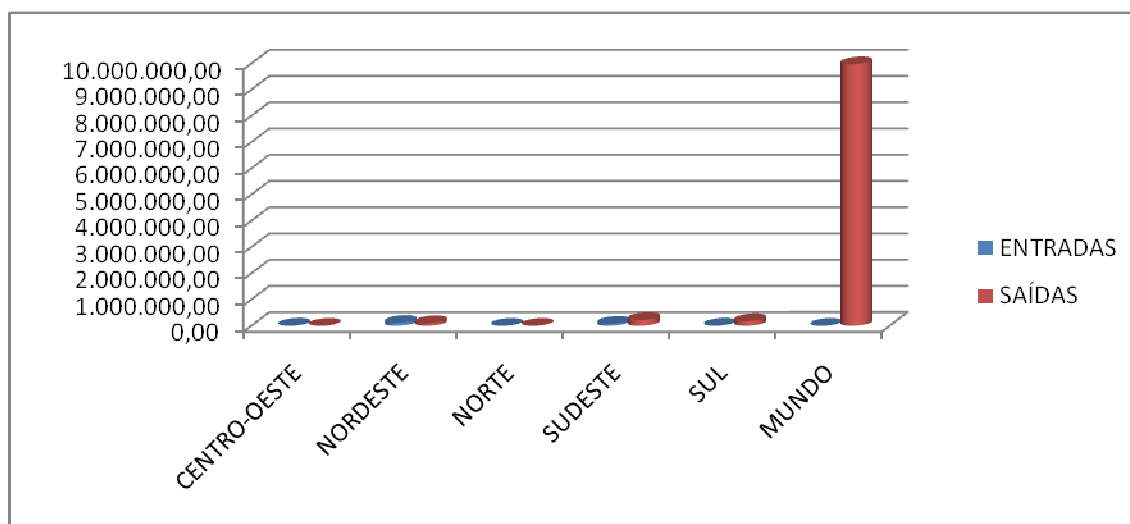


Gráfico 19 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade *Criação de animais não especificado* em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

As principais matérias-primas utilizadas são oriundas da natureza (vegetação nativa como sabiá, velame, jurema, marmeleiro e aroeira), das floradas e das abelhas. Os equipamentos utilizados são adquiridos de outros estados do Brasil, principalmente

sul e sudeste, principalmente de Santa Catarina devido à qualidade do aço. A produção de equipamentos de Picos, no Piauí, considerada uma das melhores do país. As garrafas de plástico e os rótulos são adquiridos em Fortaleza.

3.2.3.4 APL de Leite

A produção de leite bovino é concentrada nos APLs de leite de Jaguaribe e Morada Nova, apesar de se estender por toda bacia leiteira na Região Jaguaribana. Os produtos fabricados são produção de leite de vaca e produção de queijos (queijo de coalho e queijo de manteiga).

Vale destacar neste momento que o APL de leite encontra-se também inserido no grupo de atividade *Pecuária* na classe *Criação de Bovinos*. O saldo da balança comercial dessa classe foi deficitário no período em análise, alcançando o valor de R\$ 4.635.205,65 em 2006 (BNDES, 2009a).

As entradas no Estado da referida classe foram maiores que as saídas considerando todas as regiões do país.

O mercado consumidor dos pequenos produtores dos APLs de leite é a cidade de Fortaleza, o próprio município de Jaguaribe e proximidades. A distribuição do produto final é feita pelos próprios produtores ou, em muitos casos, o cliente adquire o produto no estabelecimento do produtor.

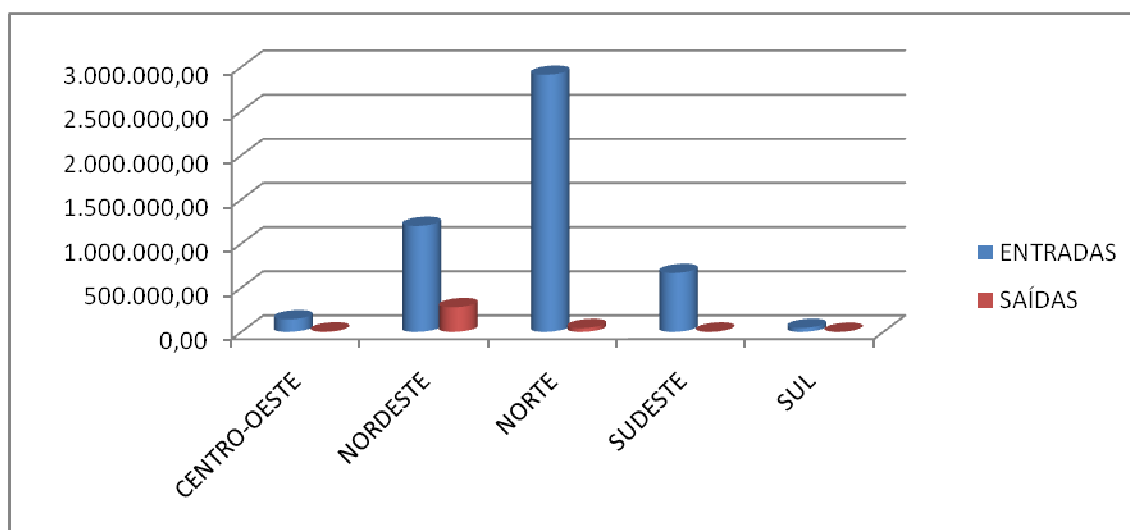


Gráfico 20 - Ceará: Entradas e saídas da classe de atividade Criação de Bovinos em 2006 (R\$)

Fonte: SEFAZ,2009.MDIC,2009.

A principal matéria-prima utilizada é o leite “*in natura*”, que é comprado de pecuaristas da região. Para a criação dos animais utiliza-se também a ração (região), soja (sudeste), milho (Maranhão), farelo de algodão (Goiás), farelo de trigo (Pará).

3.6. A importância das Ações/Programas aos APLs sobre o Fluxo de Comércio

Analizando a importância das ações/programas que foram implementadas nos últimos anos para o APL de calçados no Estado constata-se que médias e grandes empresas deste setor foram, em sua grande maioria, incentivadas pelo Governo do Estado. O instrumento utilizado foi renúncia fiscal (principalmente na década de 1990), obtendo vantagens quanto ao baixo custo de mão de obra e aproximação do mercado consumidor internacional. Dentre as principais empresas incentivadas no ramo calçadista, pode citar a Grendene S/A. Esse panorama ajudou o referido APL alcançar destaque na pauta de comércio cearense, tanto no mercado interno quanto externo. Tal fato é, dentre outros motivos, decorrente das ações positivas implantadas pelas principais instituições, mostrando que não correu sobreposição ou até mesmo conflitos entre as diversas ações que foram colocadas em prática para beneficiar o arranjo.

O APL de carcinicultura tem uma produção mais direcionada ao mercado externo, evidenciado pela elevada participação na pauta exportadora cearense. Esse desempenho expressivo alcançado pelo APL ocorreu, concomitantemente, com as políticas de capacitação, assistência técnica e difusão tecnológica adotadas pelas principais instituições apoiadoras. Contudo, ainda existe demandas insatisfeitas do APL com relação à limitação financeira de apoio aos APLs e, também, com relação a cultura de resistência ao que é novo por parte dos atores locais, que pode prejudicar o desempenho do APL na estrutura produtiva do Estado. Deve-se mencionar, ainda, que deve existir simultaneamente ações mais intensivas de apoio aos APLs direcionadas a preservação ambiental, pois essa atividade é responsável por devastar mangues e por jogar resíduos sólidos orgânicos nas águas, prejudicando o bem-estar social das comunidades que vivem próximas aos APL de carcinicultura.

No caso do APL de móveis, que recebeu apoio no sentido de capacitação de recursos e consultorias e agregação de valor, não foi possível detectar, pelo menos

ainda, efeitos significativos com relação a participação no comércio, já que o mesmo obteve déficit no saldo da balança comercial, no entanto, sua participação na pauta total de saídas e exportações do Estado é relativamente expressiva, alcançando participações de 0,44% e 0,38%, respectivamente.

Tecnologia da informação talvez seja um dos APLs que vem tendo cada vez mais atenção por parte das instituições de apoio. As principais ações das instituições que dão apoio a esse arranjo ainda não foram suficientes para alavancar a participação do mesmo na estrutura produtiva estadual, fato fortemente influenciado pela não capacidade de se consolidar, por partes das principais empresas do APL, inovações de produtos que tivessem penetração nos mercados, principalmente no mercado externo.

Uma das grandes dificuldades encontradas pelas empresas que formam o arranjo de tecnologia da informação está na contratação e na capacidade de manter empregos qualificados, custos de certificação dos colaboradores e custos de certificação da empresa (INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, 2007). Ainda, segundo esse instituto, há uma cooperação entre o arranjo e instituições de pesquisas, empresas de consultorias, universidades, fornecedoras de insumos, outras empresas dentro do APL, clientes por produto-Governo. Entretanto, apesar da cooperação existente, muitas das empresas do arranjo que foram pesquisadas pelo instituto conhecem programas de fomento ao APL, mas a participação delas é muito baixa, o que pode estar evidenciando falta de adequação dos programas às características das empresas.

Diante deste panorama, é possível salientar a importância de existirem ações mais específicas e sistemáticas para o setor de tecnologia da informação, além de abertura de linhas de créditos e programas mais atuantes no sentido de capacitação profissional.

O APL de turismo, mesmo perante o grande potencial do Estado neste setor, apresentou-se deficitário na balança comercial. O APL contou, paralelamente, com apoio de instituições que implementaram ações no sentido de alavancar o desempenho do arranjo sem que houvesse sobreposição de ações e conflito entre as mesmas.

Capacitação de recursos humanos e consultoria está dentre as principais ações implementadas pelas instituições que apóiam o APL de flores do Estado, o que foi extremamente importante para o destaque que o arranjo alcançou na pauta de comércio

cearense (saldo superavitário na balança comercial), principalmente no que tange ao comércio internacional.

O APL de fruticultura é outro importante arranjo que participa com destaque da estrutura produtiva do estado, recebendo apoio de instituições como, por exemplo, BB, BNB, e EMBRAPA. Essas instituições recebem ainda cooperação da SECITECE, NUTEC, EMATERCE e outros. Esse quadro de cooperação se reflete no bom desempenho da participação da produção de frutas na pauta de exportação cearense (o que elevou o saldo da balança comercial). O principal pólo de fruticultura irrigada no Ceará encontra-se na Chapada do Apodi, sendo um dos setores da economia cearense que mais recebeu investimentos externos nos últimos anos, destacando a empresa norte-americana Delmonte, produzindo abacaxi e melão para o mercado externo. Outra importante empresa localizada na Chapada do Apodi é a Frutacor, empresa cearense, líder no Nordeste na produção de bananas, cuja gerencia é de tecnólogos do CENTEC de Limoeiro do Norte.

O APL de redes de dormir também se destacou no comércio cearense, com saldo positivo no saldo da balança comercial. O bom resultado é consequência, também, dos apoios recebidos pelos produtores das instituições, que ofertaram cursos de capacitação aos envolvidos na linha de produção, que gerará, conseqüentemente, difusão de conhecimentos entre os atores locais. Nesse caso, é possível identificar ações semelhantes oferecidos pelos órgãos, no entanto, essas ações não chegam a ser oferecidas a um único APL, o que poderia causar conflitos de ações.

O APL de jóias, assim como outros APLs, encontra-se em grupos de atividades que, em 2006, apresentaram superávit no saldo da balança comercial, o que mostra relativo destaque na estrutura produtiva estadual. Devem existir ações no sentido de evitar impactos ambientais negativos, pois qualquer que seja o processo produtivo escolhido para a produção de jóias, existe a utilização de produtos químicos relacionados à emissão de efluentes líquidos e gasosos, assim como geração de resíduos sólidos, sem mencionar que essa atividade usa como matérias-primas recursos naturais não-renováveis.

O APL de cerâmica vermelha talvez seja um dos poucos APLs no Estado que tenha a seu dispor uma gama de ações oferecidas pelas instituições que cooperam com os produtores locais. Existem, nesse APL, muitas ações que visam melhorar a capacidade produtiva de cerâmica, a saúde dos trabalhadores envolvidos no processo

produtivo e a não degradação ambiental, favorecendo um ambiente favorável à vivência de comunidades próximas. Logo, diante de todas essas ações, o APL apareceu, em 2006, com saldo superavitário na balança comercial, ou seja, efeitos positivos da implantação de ações para o fortalecimento e desenvolvimento do APL. Os desafios que devem ser enfrentados pelos APLs encontram-se na limitação financeira de apoio aos APLs e na cultura dos atores locais.

O APL de cajucultura é outro que tem participação importante na pauta de comércio cearense, cujo saldo da balança comercial em 2006 foi superavitário, puxado, principalmente, pelas exportações no mercado internacional. Este APL, que está inserido dentro do grupo *Fabricação de conservas de frutas*, participa com 16,27% da pauta de exportação estadual, ou seja, uma expressiva participação no comércio cearense. Para se ter idéia, o Ceará representa 50% da área cultivada de caju no País, além da sua importância social em virtude de sua grande capacidade de geração de emprego e renda (OLIVEIRA & IPIRANGA, 2009). Esse APL conta com apoio de instituições como BB, CENTEC, SECITECE e EMBRAPA, que oferecem aos mais de 82 produtores, inovações, capacitação, difusão de conhecimento, além da cooperação existente entre as instituições. Portanto, percebe-se que nesse APL existe interação, cooperação, em prol da sustentabilidade da produção.

Confecções, atividade presente em todo território estadual, também conta com apoio de instituições que oferecem capacitação, consultorias, participações em feiras, etc. Consequentemente, esse arranjo também se mostrou com saldo positivo na balança comercial, com expressiva participação no total das saídas do estado para outras regiões.

O próximo APL a ser mencionado é o de Cachaça, dentro do grupo *Fabricação de bebidas alcoólicas*, que obteve déficit no saldo da balança comercial. Paralelamente a esse desempenho, o APL contou com apoio de instituições que ofertaram aos produtores capacitação de recursos humanos e de trabalhadores e assistência técnica. No entanto, percebe-se que as ações ainda não foram suficientes para o bom desempenho deste APL na estrutura produtiva do Estado.

O APL de café ecológico recebe apoio principalmente do BB, por meio de algumas ações. Esse APL participa do grupo de atividade *Cultivo do café*, como já foi mencionado na seção anterior, que registrou superávit no saldo da balança comercial em 2006. Portanto, pode-se afirmar que as ações implementadas fizeram com que o APL apresentasse esse desempenho no comércio cearense.

Verificando as políticas/programas colocadas a disposição do APL de pedras e seus efeitos no comércio, constata-se que as ações das instituições que apóiam o APL em questão, aliado à atuação dos próprios empreendedores, fizeram com que o mesmo registrasse um saldo positivo na balança comercial. Dentre as ações oferecidas, pode-se citar a capacitação profissional e infra-estrutura, além de serviços de inovação, porém ainda há problemas a serem solucionados, como, por exemplo, a ausência de amadurecimentos dos atores locais e da limitação financeira de apoio aos APLs no Estado como um todo.

O APL de metal-mecânico conta com apoio essencialmente da SECITECE e CENTEC com programas oferecidos para capacitação, assistência, difusão e agregação de valor. Toda essa estrutura de cooperação existente no APL fez com que o grupo de atividade, o qual está inserido esse arranjo, obtivesse saldo positivo na balança comercial em 2006. Tal fato evidencia a importância desse APL na estrutura produtiva do Estado.

Os APLs de artesanato encontram-se entre as atividades não-formalizadas no Estado, contudo contam com apoio do BB, SEBRAE, SECITECE e CENTEC, visando o bom desempenho na estrutura produtiva do Ceará e na geração de renda. Considerando a classe de atividades que está incluído o APL de artesanato, pode-se verificar que, em 2006, os mesmos registraram superávits no saldo da balança comercial, isto é, resultados positivos das ações oferecidas aos artesãos cearenses.

O APL de ovinocaprinocultura apoiado pelas instituições BB e CENTEC, dentre outros, recebe apoio com relação à capacitação, assistência, difusão de conhecimento e tecnologia. Esse panorama, no entanto, não favoreceu o desempenho do comércio da classe de atividade que o APL está inserido, pois o mesmo registrou déficit no saldo da balança, evidenciando que devem ser tomadas outras ações mais específicas para melhorar o desempenho deste APL.

O APL de apicultura é outro exemplo de APL cuja produção é direcionada, em grande parte, para o mercado externo, resultando, por consequência, em saldo positivo na balança comercial. Esse bom resultado das exportações cearenses deve-se ao fato de programas terem sido implementados visando a integração de ações das instituições, assim como uma maior participação das Prefeituras locais em que se encontra o APL.

Por fim, tem-se o APL de leite no Estado, que recebe apoio de algumas instituições como BB, BNB, EMATERCE, CENTEC e SDA. Cada uma com ações/programas próprios para o APL, contudo, ainda não foi possível verificar resultados no que se refere ao comércio do grupo de atividade o qual está inserido esse APL.

Como pode ser verificado os APL receberam, no geral, apoio com relação a implantação das políticas, capacitação de mão-de-obra, capacitação de recursos financeiros, inovações tecnológicas, transferência de tecnologia, dentre outros. Todo este ambiente formulado favoreceu, em muitos arranjos, uma maior interação e cooperação entre as instituições e governos estadual e municipal, o que, por conseguinte, beneficiou o comportamento do APL no comércio do Estado. Interessante ser mencionado que mesmo existindo uma gama de ações direcionadas aos APLs, não existiu sobreposição de ações e nem conflitos entre elas, evidenciando que as ações são tomadas de tal maneira que melhore o desempenho e a produção nos arranjos.

Deve-se salientar, ainda, que um dos grandes problemas citados por muitos APLs é a cultura, ou seja, a resistência apresentada pelos atores locais com relação a novas formas de desenvolver a atividade, a novas tecnologias, que dificulta uma maior interação entre estes e os órgãos envolvidos no apoio ao arranjo. O referido problema poderia ser resolvido na base do problema, ou seja, primeiro estimulando o ensino infantil e fundamental, pois assim promove a qualificação da mão-de-obra, segundo valorizando os professores dos mencionados ensinos. Outra maneira de proporcionar uma mudança cultural nos atores locais, ainda por meio da educação, é com a implantação de gestão de qualidade na educação, com adoção de indicadores e metas de desempenho, premiação das unidades escolares.

É diante deste quadro que o Governo estadual deve entrar proporcionando ao município oferta da educação de qualidade, além de garantir o acesso, a permanência, a qualidade do ensino fundamental em cooperação com os municípios, enfatizando, principalmente, a qualidade dos professores.

Outras ações que poderiam ser priorizadas pelo Estado são relacionadas à criação de estímulos a manter os pesquisadores nos municípios do interior e criação de mais incubadoras no Estado, que proporcionam uma maior participação desses no melhoramento do desempenho dos arranjos na estrutura produtiva do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira instituição a abordar APLs no Estado do Ceará foi o Centro de Estratégia de Desenvolvimento – CED através de levantamento das atividades econômicas existentes no estado, focando aquelas estruturadas em núcleos, agrupamentos, aglomerações e em cadeias produtivas. O IPECE deu prosseguimento aos trabalhos do extinto CED, no que dizia respeito aos estudos de identificação de Arranjos Produtivos Locais, mas com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR esse trabalho foi assumido por essa Secretaria. A partir daí, houve avanço no trabalho de identificação e mapeamento dos APLs, conservando a mesma metodologia de trabalho desenvolvida pelo CED e IPECE, ou seja, utilizando o Quociente Locacional, estudos de campo e aplicação de questionários da REDESIST.

Constatados os problemas de superposição de ações das instituições de apoio junto aos aglomerados, algumas das instituições se aproximaram para realizarem trabalho em parceria. Dessa experiência, nasceu a Rede Institucional de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Ceará – REDE APL que mais tarde se transformaria no Núcleo Estadual de Apoio aos APLs - NEAAPL. Este núcleo está articulado com o Grupo de Trabalho Permanente para APLs - GTP APL, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, e tem como objetivo se integrarem em favor do desenvolvimento dos APLs, estabelecendo interfaces entre o governo federal e as entidades estaduais e municipais do Ceará.

As instituições do Ceará as quais atuam em Arranjos Produtivos Locais - APLs seguem, em sua maioria, o conceito elaborado pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – REDESIST, a exceção é o Banco do Nordeste do Brasil. A atuação do Banco estava voltada, inicialmente, para o incentivo às atividades econômicas localizadas em áreas do semi-árido do Nordeste. Em torno da cadeia produtiva incentivava-se a formação de polos de desenvolvimento, e neles os investimentos. Foi através do incentivo aos diversos grupos produtivos, conformados em polos, que o BNB iniciou sua atuação, e não no conceito usualmente empregado para Arranjos Produtivos Locais.

A definição de critérios objetivos para priorizar ações conjuntas no APL, no âmbito da REDE APL, só se deu a partir da reorientação do Projeto São José, hoje

subordinado à Secretaria da Agricultura (familiar). A REDE APL foi substituída pelo Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - NEAAPL. O NEAAPL, que, por sua vez, utilizou como critérios para selecionar os APLs, a orientação do GTP – APL, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os critérios utilizados pelo citado Ministério mostram-se frágeis, pois na prática, a seleção ocorreu de maneira circunstancial, de acordo com os interesses das instituições presentes à reunião.

O Governo do Estado do Ceará possui papel ativo na elaboração e implementação de políticas, não apenas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs como também nas ações para o alcance do desenvolvimento econômico, regional e social do estado. Em quase todos os APLs, o Governo do Estado atua com políticas visando favorecer o desempenho do arranjo. A Secretaria das Cidades, coordenando o NEAAPL, conta com várias instituições que cooperam conforme suas competências sendo que cabe à Secretaria observar a ocorrência de duplicidade de ações ao mesmo tempo em que proporciona complementaridade das mesmas.

As ações voltadas para os APLs, sejam eles constituídos de atividades formalizadas, parcialmente formalizadas ou não formalizadas, são das mais diversas naturezas, portanto, as instituições se envolvem de maneira específica de acordo com suas competências e com as atividades produtivas de cada um dos APLs. Em geral, o Banco do Brasil faz diagnóstico da atividade, o SEBRAE promove capacitação de recursos humanos e consultoria, a SECITECE e o CENTEC atuam na agregação de valor ao produto, capacitação profissional, organização produtiva e apoio à gestão, assistência técnica, difusão de tecnologia e prestação de serviços.

O Estado do Ceará mantém fluxo comercial com as diversas regiões do país e com o exterior. A produção oriunda dos APLs também participa, em menor ou maior grau, dessas transações comerciais. No nível interestadual, os fluxos comerciais mais significativos ocorreram dentro da própria região e com a região Sudeste, sejam produtos frutos de atividades formalizadas, parcialmente formalizadas ou não formalizadas. De seu lado, os APLs com atividades formalizadas são os que estabelecem intercâmbio comercial com o resto do mundo com maior intensidade.

O apoio aos APLs com relação à implantação das políticas, capacitação de mão-de-obra, capacitação de recursos financeiros, inovações tecnológicas, transferência de tecnologia favoreceu, em muitos arranjos, o comportamento dos APLs no comércio do Estado. Interessante ser mencionado que mesmo existindo uma gama de ações

direcionadas aos APLs, não existiu sobreposição de ações e nem conflitos entre elas, evidenciando que as ações são tomadas de tal maneira que melhore o desempenho e a produção nos arranjos.

BIBLIOGRAFIA

BNDES, Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no norte e nordeste do Brasil e dos impactos dos grandes projetos federais em estados nordestinos selecionados, Nota Técnica 02, Ceará, Rio de Janeiro:BNDES,2009.

BNDES, Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no norte e nordeste do Brasil e dos impactos dos grandes projetos federais em estados nordestinos selecionados, Nota Técnica 04, Ceará, Rio de Janeiro:BNDES,2009a.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Projeto Caracterização dos Arranjos Produtivos Locais em Tecnologia da Informação do Nordeste: Análise Descritiva do APL de TI de Fortaleza-Ceará. Fortaleza, Ceará, 2007.

OLIVEIRA, L.G.L. & IPIRANGA, A.S.R. Sustentabilidade e Inovação na Cadeia Produtiva do Cajú no Ceará. Revista Gestão. Maio/agosto, 2009.